# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Gescca Sousa Dias** 

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão

SÃO LUÍS - MA 2020

# Gescca Sousa Dias

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para grau em licenciatura em História.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Júlia Constança P. Camêlo

.

São Luís – MA 2020

Dias, Gescca Sousa.

Educação patrimonial e patrimônio cultural: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão / Gescca Sousa Dias. – São Luís, 2020.

120 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Júlia Constança P. Camêlo.

1. Patrimônio Cultural. 2. Educação Patrimonial. 3. Ensino de História. I. Título.

CDU 37:72.02

# **GESCCA SOUSA DIAS**

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão

Monografia apresentada junto ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovada em:19 /11/ 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Júlia Constancia Pereira Camelo (Orientadora)

L'ilia Constança P. Camelo

Doutora em História - Universidade Estadual do Maranhão

**Prof.Dr. Carlos Alberto Ximendes** 

Doutor em História - Universidade Estadual do Maranhão

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Doutora em Políticas Públicas em Educação - Universidade Estadual do Marahão

Pelo carinho, afeto, dedicação e cuidado que meu pai Raimundo Nonato Dias, me deu durante toda a minha existência, dedico esta monografia a ele. Com muito amor.

# **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me permitir, através de sua bondade e graça infinita, concretizar mais uma conquista em minha vida. À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Júlia Constança P. Camêlo, pela paciência, empatia e ajuda na execução deste trabalho. À minha família pelo incentivo e inspiração através de gestos e palavras de apoio, em especial meu pai, e minhas tias Nete e Donna, por todos os conselhos. À minha melhor melhor amiga Daniele Furtado, pela sua amizade, por motivar nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo. Aos meus colegas de turma, em especial, meus amigos queridos Alice, João Vitor, Vitor Batista, João Pedro, Claudienne, Patrícia, Gilvan, Dayane, Josieuder e Noé, que ao longo desta etapa me encorajaram e me apoiaram, fazendo com que esta fosse uma das melhores fases da minha vida.

À Universidade Estadual do Maranhão e todos os seus professores que sempre proporcionaram um ensino de alta qualidade.

## **RESUMO**

Este trabalho é uma extensão da pesquisa *Educação Patrimonial E seus Resultados:* cartilhas, livros paradidáticos e guias. Na qual foi realizada uma pesquisa de ações relacionadas a educação patrimonial, a partir do levantamento de sites do IPHAN de cidades como João Pessoa, Natal, Salvador, Recife, Londrina etc. e Catalogação de cartilhas, guias de Educação Patrimonial e livros paradidáticos utilizados em ações de educação patrimonial, no Maranhão, e em outros estados do Brasil .Buscando com a realização deste trabalho, fazer uma reflexão sobre a utilização da educação patrimonial como ferramenta metodológica no ensino de história. Analisamos de que modo os recursos culturais que compõem o patrimônio cultural, são utilizados no ensino formal maranhense, Identificando projetos e ações de Educação Patrimonial aplicados em escolas em São Luís e outros municípios do estado, ampliando, desta forma, o estudo cuja, temática é: a importância da Educação Patrimonial no ambiente escolar, dando ênfase ao ensino de História. O processo de preservação do patrimônio histórico e cultural, seja ele material ou imaterial por dentro de uma perspectiva educativa.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Educação Patrimonial. Ensino de História.

### **ABSTRACT**

This work is an extension of the Patrimonial Education and Its Results research: booklets, educational books and guides. In which a survey of actions related to heritage education was carried out, based on a survey of IPHAN sites in cities such as João Pessoa, Natal, Salvador, Recife, Londrina, etc. and Cataloging of booklets, Heritage Education guides and paradidactic books used in heritage education actions, in Maranhão, and in other states of Brazil. Using this work, reflect on the use of heritage education as a methodological tool in teaching of history. We analyze how the cultural resources that make up the cultural heritage are used in formal education in Maranhão, identifying projects and actions of Heritage Education applied in schools in São Luís and other municipalities in the state, thus expanding the study whose theme is: the importance of Heritage Education in the school environment, emphasizing the teaching of History. The process of preserving historical and cultural heritage, whether material or immaterial from an educational perspective.

**Keywords**: Cultural heritage. Heritage Education. History teaching

# **LISTA DE SIGLAS**

CEDUC - Coordenação de Educação Patrimonial

COGEPRAM - Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio

DAF - Departamento de Articulação e Fomento

EP- Educação Patrimonial

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEP - Plano Nacional de Educação Patrimonial

# Sumário

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1. Patrimônio e cultura: um percurso institucional	15
1.1 Patrimônio Nacional	17
1.2 O Debate Patrimonial no Maranhão	19
1.3 Patrimônio cultural: uma perspectiva cidadã	23
Capítulo 2: O processo de desenvolvimento da Educação Patrimonial no Brasil	26
2.1 Educação Patrimonial e seus resultados: Cartilhas, Livros Paradidáticos e Guias	34
2.2 Educação Patrimonial no Maranhão	42
CAPÍTULO 3 - ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UM PERCURSO INSTITUCIONAL	46
3.1 Educação Patrimonial Como Recurso Metodológico No Ensino De História	51
3.2 Educação Patrimonial nas salas de aulas ludovicense : perspectiva dos professores a respeito da temática	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
ANEYOS	71

# **INTRODUÇÃO**

Segundo Le Goff (1996 apud. PACHECO 2017) a história enquanto palavra possui três diferentes, mas complementares, definições, a primeira delas trata da história processo, que representa a experiência vivida pelos homens determinada ao longo do tempo e espaço. Segundo a história enquanto ciência, que utiliza a experiência como objeto de pesquisa. Terceiro, a história escrita/historiografia que é o resultado do discurso produzido sobre um determinado objeto pelo pesquisador, Conforme também enfatiza o professor Ricardo Pacheco (2017), que acrescenta ainda um quarto objeto: a História como disciplina escolar, na qual é apresentada e definida como sendo "o conjunto de atividades escolares voltadas à transmissão da narrativa histórica que foi produzida pela história ciência, sobre a história processo" (PACHECO, 2017,p.11).

Este trabalho de conclusão do curso de história licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, é uma extensão da pesquisa *Educação Patrimonial e seus Resultados: cartilhas, livros paradidáticos e guias.* Na qual foi realizada uma pesquisa de ações relacionadas a educação patrimonial, a partir do levantamento de sites do IPHAN de cidades como João Pessoa, Natal, Salvador, Recife, Londrina etc. e Catalogação de cartilhas, guias de Educação Patrimonial e livros paradidáticos utilizados em ações de educação patrimonial, no Maranhão, e em outros estados do Brasil.

Busca-se com a realização deste trabalho, fazer uma reflexão sobre a utilização da educação patrimonial como ferramenta metodológica no ensino de história. Identificando de que modo os recursos culturais que compõe o patrimônio cultural, são utilizados no ensino formal maranhense, Identificando projetos e ações de Educação Patrimonial aplicados em escolas em são luís e outros municípios do estado, ampliando, desta forma, o estudo cuja, temática é: a importância da Educação Patrimonial no ambiente escolar, dando ênfase ao ensino de História. O processo de preservação do patrimônio histórico e cultural,

seja ele material ou imaterial precisa ser pensado dentro de uma perspectiva educativa.

Segundo Horta; Grunberg; Monteiro,(1999), a Educação patrimonial contribui para um constante processo de aprendizagem, no qual o patrimônio cultural é reconhecido como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, uma vez que sua principal função é construir uma relação de conhecimento, apropriada na valorização dos bens e herança cultural por parte de adultos e crianças.

A expressão Educação Patrimonial data no país a partir da década de 1980, inspirada nas experiências trazidas da Inglaterra e aplicadas no Brasil através da utilização de espaços como museus e monumentos históricos com finalidades educativas (Horta; Grunberg; Monteiro,1999).

O conceito de educação patrimonial é aprimorado no final da década de 1990, com o lançamento do "Guia Básico de Educação Patrimonial", primeira publicação institucional a respeito do tema elaborada pelo IPHAN, no qual Educação Patrimonial é definida como sendo:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação evalorização de sua herança cultural... (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999; p. 6)

O Guia Básico de Educação Patrimonial, foi a primeira publicação do IPHAN relacionado ao tema, se tornou referência "obrigatória" nos trabalhos de Educação Patrimonial, apresentando caminhos para que estados e municípios possam desenvolver atividades e aplicá-las sobre toda e qualquer forma de evidência patrimonial, seja material/imaterial, um objeto ou todo um conjunto de bens, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, entre outros.

A partir desses processos metodológicos, buscam-se provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, possibilitando assim ao indivíduo

apropriar-se de lugares, histórias e objetos, monumentos que compõem os seus bens patrimoniais na sua comunidade.

O processo de Educação Patrimonial é realizado em quatro etapas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem cultural. A ideia é identificar o objeto, sua função e significado; registrar o conhecimento percebido, por meio do aprofundamento da observação; desenvolver a análise crítica, consultando outras fontes; e a apropriação do conhecimento adquirido por meio da participação, de forma a estimular a criatividade.

O espaço escolar é um local estratégico para a aplicação da metodologia de educação patrimonial, pois possibilita a interação entre as pessoas, os saberes formais e informais, além de ser um dos primeiros espaços a se exercitar a cidadania. Incluir a cultura como instrumento pedagógico favorece a abordagem de conceitos complexos como identidade, diversidade, memória e história (Moraes,2005).

Este trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro apresentamos o percurso institucional do Patrimônio brasileiro e maranhense, destacamos a função estratégica, que o legado patrimonial exerceu na criação da identidade nacional. Como os interesses políticos e ideológicos estiveram presentes na criação dos órgãos responsáveis por dirigir o patrimônio nacional.

No segundo capítulo, apresentamos o desenvolvimento da educação patrimonial no Brasil, destacamos a metodologia proposta por Horta; Grunberg; Monteiro,1999, através do guia de Educação Patrimonial. Como o conceito foi aprimorado e novos conceitos e metodologias foram desenvolvidas. Destacamos também, os dispositivos de aplicação da metodologia de EP pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), seus projetos e parcerias que viabilizam ações voltadas para a temática patrimonial nos estados brasileiros, em especial o Maranhão.

No terceiro capítulo, enfatizamos a trajetória da disciplina de história no país, defendemos neste capítulo a aplicação da metodologia de Educação Patrimonial na sala de aula, como ferramenta didática e também como forma de incluir no cotidiano escolar os saberes constituídos na prática comunitária, a

cultura regional, e os saberes locais, conforme previsto pela LDB e PCNs. A educação patrimonial.

# Capítulo 1. Patrimônio e cultura: um percurso institucional

Segundo o dicionário de língua francesa É. Litteé, (apud CHOAY, 2006, p. 06), patrimônio é um "bem de herança que é transmitido, segundo as leis dos pais e das mães aos filhos". Apesar desta definição, o conceito de patrimônio se expandiu consideravelmente, sendo atrelado a vários adjetivos, dentre eles o histórico que é bastante pertinente nos diálogos das questões patrimoniais. Françoise Choay o define como sendo:

[...] Um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado em comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos [...] . (CHOAY,2006, p.11)

O termo patrimônio sofreu alterações semânticas e também se vinculou a uma noção histórica. Essas mudanças abrigam uma vasta variedade de bens e significados, Françoise Choay chama atenção para o fato de que hoje em dia, apesar do patrimônio histórico ter um espaço significativo na sociedade, ele precisa ser mais questionado, pois se estabelece como seu elemento revelador.

É interessante abordar o conceito de outros dois termos subentendidos nas práticas patrimoniais; monumento e monumento histórico. O monumento é um termo originário do latim monumentum, que deriva de monere, que significa advertir/ lembrar. Ele é responsável por despertar o indivíduo por meio do sentimento a memória viva, auxiliando também na manutenção e preservação da identidade religiosa ou étnica, nacional, tribal ou familiar.

<sup>[...]</sup> nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças [...] (CHOAY, 2006, p.18).

O monumento histórico opera de maneira diferente com a memória viva. Ele se estabelece como um objeto do saber, relacionado a uma concepção retilínea do tempo, mais precisamente ao passado, podendo também atuar como constitutivo do presente vivido por meio da sensibilidade artística, no entanto, sem a medição da memória/história (CHOAY, 2006).

A ideia de patrimônio foi constituida e implantada na França do século XVIII, no período da Revolução Francesa. Nesse contexto, foramdesenvolvidas uma série de medidas oficiais para frear a destruição dos monumentos, como a criação de comitês revolucionários; os bens do clero, da coroa e dos emigrados foram transferidos para a nação e gestadas novas regras de tombamentos. Ao enfatizar o valor nacional desses edifícios, o país se dedicou à construção de uma legislação que protegesse os monumentos das ameaças da lógica industrial, pois a revolução, ao mesmo tempo em que transformava o modo de vida, reorganizava também os espaços das cidades. E assim, o patrimônio passou a ser entendido como elemento protegido e nomeado como bem histórico e cultural de uma nação, visando a criar, dessa forma, uma referência comum, como instrumento de legitimação da identidade nacional.

A noção de patrimônio é, por tanto datada, produzida assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 1997, p.37)

O discurso do patrimônio como nação se intensifica nos séculos XIX e XX, quando o patrimônio passou a ser uma preocupação do Estado e um símbolo do legado, da memória e da identidade nacional. Essa noção de patrimônio está vinculada às classes proprietárias que, além da centralização dos meios de produção e da expropriação do resultado do trabalho, possuíam a propriedade cultural, que deveria ser preservada (RODRIGUES, 2001).

#### 1.1 Patrimônio Nacional

No Brasil, o debate sobre patrimônio esteve ligada ao interesse político de garantir a unidade territorial do país e a centralização política administrativa do Estado, como afirma FERNANDES (2010), quando discute as práticas de construção e preservação do patrimônio histórico nacional durante o século XIX, apresentando as medidas políticas tomadas pelo estado monárquico durante o processo de independência brasileira, como a formação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e do Arquivo Nacional.

Estes institutos eram compostos por grupos da elite, como aristocratas rurais vinculados ao poder e por intelectuais, muitos deles influenciados pelo romantismo<sup>1</sup>. Tinham como tarefa construir a história da nação, forjar uma identidade nacional do recém-formado Estado brasileiro. Paratanto, buscava-se recriar elementos de um passado homogêneo, pois era necessário solidificar mitos de fundação, a ordenação de fatos históricos e a criação de "heróis" nacionais, que seguindo o exemplo europeu, elegiam os feitos e modos de vida das elites.

No entanto, foi no Período Vargas, durante a década de 1930, que a discussão ganhou força e ocasionou o desenvolvimento do projeto, que visava a criação de uma nacionalidade e de um novo modelo de homem brasileiro, cujo propósito era vencer as diferenças regionais, mais uma vez em busca de um símbolo de nacionalidade e unidade. Para a realização desse projeto, o governo se aproximou e contou com a ajuda de arquitetos e intelectuais de diferentes matrizes, em especial adeptos do movimento modernista, como o poeta, escritor, museólogo e folclorista Mario de Andrade (CAVALCANTI, 1998).

Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema (ministro da educação de 1934 a 1945), foi responsável por formular o anteprojeto que resultou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional (SPHAN), por meio do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, e oficializado com a promugação do decreto em 13 de janeiro de 1937, da Lei nº. 378, o orgão ficou responsável por promover, em todo o País e de modo permanente, o

tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional" (BRASIL, 1937, art. 46).

A criação SPHAN refletia além do interesse na construção de uma identidade nacinal, a necessidade do Brasil alcançar a modernidade estabelecendo assim uma singularidade e independêcia nacional. Em seu projeto Mario de Andrade destacou a importância das medidas preservacionistas estarem associadas as práticas educativas, do mesmo modo, Rodrigo Melo Franco Andrade, dirigente do orgão de sua fundação ate 1967, também reconhecia a necessidade das políticas estarem atreladas a educação para uma real eficácia quanto a preservação do Patrimonio Cultural(FONSECA, 2012).

Durante suas primeiras quatro décadas o SPHAN, adotou uma postura diferente da idelalizada por Mário de andrade em seu anteprojeto,pois oficializou uma prática hierárquica acerca do patrimônio cultural, estabelecendo como prioridade o tombamento de bens com valor histórico material,reconhecida e aprovada como relevante culturalmente apartir dos critérios elitistas da época, desta forma,ouve prioridade bens como a arte colonial e a arquitetura religiosa. Apartir de 1970, o (SPHAN) passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 definia patrimônio histórico e artístico nacional como sendo "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

Ainda segundo o Decreto de 1937,eram também classificados como patrimônio "monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pelo valor de relevância com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". Portanto,respaldada nesta legislação, a politica preservacionista da época, buscou identificar, restaurar e conservar monumentos e obras de artes que de algum modo valorizassem a cultura brasileira, sendo eleitas então sedes do poder militar, político, e religioso. Assim, predominou a eleição, como elemento digno de preservação, de símbolos das elites.

#### 1.2 O Debate Patrimonial no Maranhão

Essa postura do poder federal possibilitou que no Maranhão, assim como em outros estados, as representações históricas e culturais se consolidassem no imaginário maranhense e fossem apropriadas e ressignificadas ao longo da história pela elite política e intelectual local, que tinha a liberdade para falar em nome da cultura e da tradição.

Esses agentes se apropriaram de um passado em favor dos interesses do presente, e assim produziram identidades, símbolo e singularidades culturais, como a ideologia da decadência, a Atenas brasileira, e a fundação francesa de São Luís,tornando São Luís europeia, pois, também preservou a arquitetura portuguesa Estas referências atribuíram à história do Maranhão uma característica que é definida como sendo uma "periodização ortodoxa da história regional"; ou seja, marcada por termos como apogeu e queda, prosperidade e decadência.( João Silva, Wheriston e Cidinalva Neris. 2014), perpetuou-se, principalmente, na mentalidade ludovicense a lembrança de um período de apogeu, que a sociedade sonha em revivê-lo.

O Centro Histórico de São Luís, que simbolizava a herança arquitetônica e intelectual da elite colonial do século XIX, no início do século XX, passa a ser vista como um símbolo de atraso para o estado do Maranhão.

São Luiz, para aqueles que nela residem ou a visitam e conhecem outras capitais, nada mais representa que uma simples cidade tipicamente colonial. Com mais de três séculos de existência, em trabalhos árduos e contínuos, desde quando vivíamos sob o jugo de Portugal, até esta época de progressos de todas as espécies, nossa cidade em materias de arquitetura, permanece ainda ( e não sabemos até quando), no mesmo estado de atraso que caracteriza aarquitetura antiga (O GLOBO – SÃO LUÍS 13/07/1948)

Em São Luís, na segunda metade do século XX, a partir de 1955, o órgão nacional de proteção do patrimônio promoveu tombamentos e iniciou a institucionalização do conjunto urbano de arquitetura tradicional portuguesa como patrimônio histórico nacional (COSTA SILVA, 2013). Com isso, o Centro Histórico de São Luís passou a ser reconhecido como uma oportunidade de

inserção da elite local e volta a ser representado como símbolo de orgulho maranhense. João Silva, Wheriston e Cidinalva Neris (2014), ao analisarem a respeito da preservação, defendem que esta não aconteceu de maneira natural. É uma criação recente, que deriva de uma série de fatores, em especial, de uma necessidade de afirmações indenitárias e de políticas de patrimônio realizadas pelo SPHAN, no período pós-guerra, que tentavam vincular tradição aos conjuntos definidos como patrimônio e, principalmente, da participação de autoridades políticas e de intelectuais locais, visando a inserção no mercado internacional da cultura.

Nesse sentido, foram realizados trabalhos acadêmicos, criação de políticas referentes à preservação patrimonial que engloba, a partir da segunda fase histórica do SPHAN (1967 – 1979), não apenas o conjunto arquitetônico de São luís, mas também bens materiais e imateriais como os afazeres populares presentes no cotidiano maranhense.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desempenhou um papel fundamental nesse momento, ao instituir, em 1972, a categoria de "patrimônio cultural da humanidade" para bens tombados pelo poder público local, que passam a ser reconhecidos internacionalmente.

Com a colaboração das políticas patrimoniais tomadas pelo regime militar (iniciado no país em 1964), que defendia a importância do patrimônio para a valorização do desenvolvimento nacional, o patrimônio tornou-se um produto cultural a ser preservado para o turismo, e o Centro histórico de São Luís passou a ser reconhecido pelos governantes como umgrande potencial turístico. Dessa forma, eles passaram a investir na sua restauração e revitalização a partir das restaurações de casarões e da criação de um projeto de revitalização que envolveu muito investimento e pesquisa. Contou com a participação intensa da elite intelectual ludovicense que cuidou do planejamento, do gerenciamento, da divulgação e dos resultados de sua implantação. O projeto se dividiu em duas etapas. A primeira, nos anos 1987/1988, quando ainda era conhecido como Projeto Praia Grande; e a segunda, em 1987/1989, já como Projeto Reviver

O projeto Praia grande tinha como objetivo recuperar e revitalizar o Centro Histórico de São Luís, viabilizar empreendimentos como pousadas, restaurantes, praças, terminal de ônibus, eventos, (PROJETO PRAIA GRANDE, 1981, 06). Atuou na restauração das fachadas de igrejas, e do prédio destinado ao funcionamento do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho,

O Projeto "Reviver" ou Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico restaurou casarões, redes de serviços públicos de água, telefonia, esgoto e energia elétrica, também foram restaurados o teatro Artur Azevedo, a Fábrica do Rio Anil, onde passou a funcionar um centro educacional, a Fábrica Cânhamo, que abrigou o Centro de Produtos e Comercialização de Artesanato do Maranhão - CEPRAMA, o Convento das Mercês, tornou-se sede do Museu da Memória Republicana. (PROPOSTA DO GOVERNO DE INCLUSÃO DE SÃO LUÍS NA LISTA DA UNESCO, 1997. p. 31).

O projeto de restauração do Centro Histórico de São Luís foi planejado ainda na década de 1960. José Sarney, então governador do estado, na época contratou representantes franceses com este fim, e conseguiu que um arquiteto viesse à cidade, mas a iniciativa não resultou em convênios. Já as avaliações arquitetônicas apontaram para a necessidade de restauração do conjunto arquitetônico (ANDRÈAS, 1998). Os programas de restauração e a instituição de fundações responsáveis por abrigar os acervos e a memória da sociedade maranhense, na década de 1980, foram fundamentais para que São Luís fosse consagrada com o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1997, como um atestado de civilidade, para a cidade, não apenas enquanto moderna, mas que preserva

O Patrimônio Histórico de São Luís possui 1.369 imóveis, tombado por órgãos estaduais e federal, distribuídos nos bairros do Centro, Praia Grande, Desterro, nas Praças João Lisboa, Carmo, Antônio Lobo/Santo Antônio e São João (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Os programas de restauração e a instituição de fundações responsáveis por abrigar acervos e a memória da sociedade maranhense, foram fundamentais para que São Luís fosse consagrada com o título de Patrimônio da Humanidade

pela UNESCO, em 1997, como um atestado de civilidade, para a cidade, não apenas enquanto moderna, mas que preserva

No Brasil, a política do Estado voltada para o patrimônio esteve comprometida em atender os interesses elitistas, restringindo as manifestações tradicionais populares ao campo do folclore, ou seja, a noção de patrimônio do Estado brasileiro, até meados do século XX, se caracteriza por ignorar a participação/contribuição popular, no que diz respeito à construção do patrimônio nacional.

Até pouco tempo, a tutela preservacionista geralmente recaía sobre os bens culturais ligados aos setores dominantes da sociedade, na tentativa de se forjar uma identidade nacional homogênea e unívoca para o país. Nesse sentido, preservavam-se as igrejas barrocas, as casas-grandes, os fortes militares, as casas de câmara e cadeia em detrimento de outros bens reveladores de outros seguimentosétnicos-culturais, a exemplo das senzalas, quilombos, vilas operárias, cortiços, etc. (ORIÁ, 2010, p.10)

Essa política começa a ser criticada durante a década de 1970, quando começam a desenvolver-se novas políticas de preservação do patrimônio brasileiro Influenciadas por ações de órgãos internacionais como UNESCO e ONU, que passam a ampliar o conceito de patrimônio para além de uma perspectiva histórica e artística adotando o conceito de patrimônio cultural, O regime militar entra em crise e é efetivamente contestada com a Constituição de 1988,que passa a reconhecer também a diversidade cultural brasileira e contrapor as políticas preservacionistas anteriores que adotavam uma postura de exclusão. Além expressar a importância de garantir o direito de todo brasileiro à cultura, como também sua conservação, valorização, incentivo, produção e difusão, além de ampliar o conceito de patrimônio cultural em seu Art.216, ao definir que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer eviver;

III - as criações científica, artísticas e tecnológicas;

 IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(CF/88, Art. 216)

# 1.3 Patrimônio cultural: uma perspectiva cidadã.

A constituição de 1988 ampliou o conceito de Patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, adotando uma perspectiva cultural mais ampla e democrática. O Patrimônio Cultural brasieliro, com respaldo constitucional, passa a contemplar as mais diferentes produções humanas, reconhecendo a contínua dinâmica sociocultural como responsável por sua produção constituída historicamente, estando associado a uma noção de memória, entendida neste trabalho como "propriedade de conservar certas informações", remetendo "em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 1990, p. 423). Desta forma a memória compõe o Patrimônio cultural ao mesmo tempo que é preservada por ele; o Patrimônio cultural assume ,portanto, um caráter importante na formação da memória social e na identidade cultural de um povo ou nação, pois preserva o passado para servir ao presente e futuro. (LE GOFF, 1990).

Segundo Pelegrini (2006), a definição de Patrimônio Cultural é tradicionalmente fragmentada e busca abranger as diversas expressões dos bens patrimoniais da humanidade, no entanto, segundo a autora, esta definição vem sendo questionada desde os meados do século XX, ao destacar que "Sem dúvida, hoje se reconhece que a cultura é construída historicamente, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e ampliando seu cabedal de geração em geração, a partir do contato com saberes ou grupos distintos" (PELEGRINI, 2006, p.118). Segundo o IPHAN "O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas".

O Brasil é um país de grande diversidade cultural, constituído por vários grupos étnicos e sociais que colaboraram diretamente com seus modos de ser, sua história e memórias. Essa diversidade cultural, contribui para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele, conforme defende Maria Horta; Grunberg; Monteiro, (1999).

O patrimônio cultural, portanto é uma fonte inesgotável de conhecimento sobre o ser humano, sobre sua pluralidade e suas particularidades, que vão muito além dos objetos, dos centros históricos e monumentos nacionais que já são tradicionalmente reconhecidos, é composto também do patrimônio vivo, o qual diz respeito ao saber e ao saber fazer da sociedade brasileira.

Compõem o patrimônio vivo "pessoas ou grupos que detenham conhecimento ou técnica necessária para a produção e preservação de aspectos da cultura popular e tradicional" (Lei Nº 7.285/2011), presentes em atividades como artesanato, rituais, festas religiosas e populares, que são preservadas, apropriadas e transferidas de geração a geração.

Horta; Grunberg; Monteiro,(1999), desenvolvem a definição de patrimônio vivo, ao destacar a amplitude de elementos que fazem parte do patrimônio cultural e que, portanto, compõem a identidade e memória de diversos grupos sociais que formam sociedade brasileira, podemos destacar como exemplo da cultura viva, os modos de criar, saber, fazer, as expressões e os modos de viver, como a linguagem, costumes e crenças entre outros.

Estas expressões culturais compõe as identidades que integram o nosso Patrimônio, ou seja, implicam em um sentimento de pertencimento a um determinado lugar, grupo cultural, étnico, religioso, a partir de uma noção da diferença e da semelhança entre "nós" e os "outros" (Cruz 1993). Alicerçada na memória coletiva, neste caso compreendida como resultado processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (CRUZ1993 p.65)

Por se tratar de bens em sua maioria não tangíveis o patrimônio cultural requer maior identificação e acompanhamento .Reconhecendo as ameaças e

buscando garantir a preservação do Patrimônio Imaterial, vários dispositivos foram instituídos visando sua preservação, como o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000 e a Lei nº 7.285 que instituem o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e os classificam como :

- I) Saberes: ofícios e modos de fazer;
- II) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Antes de 1988, a política de patrimônio tratou de homogenia, que supervaloriza as manifestações e edifícios de caráter público vinculados ao estado e a grupos da elite a partir da constituição de 1988, se estabelece nova noção de patrimônio que reconhece a pluralidade cultural do Brasil que se apropria de diversas expressões do patrimônio, para além do material. Neste sentido é necessário a criação de uma política educacional voltada para o reconhecimento da herança e produção cultural da população de forma que estimule a apropriação e valorização dos elementos que compõem a cultura nacional.

# Capítulo 2: O processo de desenvolvimento da Educação Patrimonial no Brasil.

O entendimento a respeito da necessidade de associação entre as ações preservacionistas e o ensino escolar já eram pensadas desde a criação do SPHAN, ainda no projeto de Mário de Andrade e reafirmada pelo instituto sobre a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que destacava:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32)

Segundo FONSECA, (2012) a parceria entre a instituição responsável pelo patrimônio e a sala de aula era viável tanto pela possibilidade de maior eficiência do trabalho de preservação, quanto para compensar as limitações financeiras e de pessoal do próprio SPHAN, uma vez que o órgão não dispunha de recursos necessários e nem de tecnologia adequada na época, que pudesse atender suas obrigações.

Contudo a colaboração entre patrimônio e educação não ocorreram de maneira exclusiva ou obteve atenção de políticas públicas, segundo Oliveira (2011) ao longo de 30 anos as ações do IPHAN se mantiveram focadas no incentivo de exposições e criação de museus, além do tombamento da arquitetura civil, religiosa e militar. Alguns Exemplos de ações educativas ocorrem somente a partir da década de 1960, com auxílio da Arqueologia que ao se organizar e conquistar espaço legal no campo da preservação do

patrimônio cultural, desenvolveram ações informativas para comunidades e estudantes destacando a necessidade de "salvaguardar vestígios materiais arqueológicos de nossa sociedade" (ARÉVALO,2013, p.19).

É apenas na década de 1970 que a questão é abordada de forma mais efetiva e começa a ser incentivada timidamente. Sobre a orientação de Aloísio Magalhães na presidência do IPHAN que reorganiza o instituto que passa a fazer parte do MEC, o diretor cria em 1975 a Fundação Nacional pró-Memória ,no mesmo ano ,Cria o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) cuja finalidade era coletar, processar e divulgar informações referentes a cultura brasileira, possibilitando assim, o planejamento de projetos e a instalação futura de um acervo nacional (IPHAN,2014).

Todas estas medidas apontavam para uma nova e estreita relação entre a cultura e educação, campos inseparáveis na tarefa de preservação do patrimônio, como destacou Aluísio Magalhães:

Por enquanto, em nosso país, não se pode divorciar cultura e educação, mas, muito ao contrário, é necessário incentivar o estreitamento das relações entre as duas áreas, em virtude do papel primordial que o processo cultural desempenha no educacional, na medida em que uma educação desprovida do seu contexto sociocultural não passa de mera técnica sem grande utilidade ou a serviço da progressiva perda de identidade nacional. Não há desenvolvimento harmonioso e nem se faz uma nação forte se, na elaboração das políticas econômicas do país, não são levadas em consideração as variáveis culturais e o papel que aí desempenha o sistema educacional. (MAGALHAES, 1981, p.2)

Em 1982, a Fundação Nacional Pró-Memória dirigiu o projeto Interação, o qual, como enfatiza Oliveira (2011), tinha como objetivo buscar uma aproximação da realidade cotidiana com a educação escolar, contribuindo desta forma, para o fortalecimento da comunidade através de sua própria cultura. O projeto Interação foi até então a mais expressiva ação educativa, contou com a participação da EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Cênicas

 INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL órgãos também ligados à cultura (IPHAN,2014). O projeto durou de 1982 à 1986 e contribuiu de maneira significativa no desenvolvimento de futuras ações educativas pautadas na pluralidade e diversidade cultural brasileira.

A expressão Educação Patrimonial data no país a partir da década de 1980, inspirada nas experiências trazidas da Inglaterra e aplicadas no Brasil através da utilização de espaços como museus e monumentos históricos com finalidades educativas (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO,1999).

O conceito de educação patrimonial é aprimorado no final da década de 1990, com o lançamento do "Guia Básico de Educação Patrimonial", primeira publicação institucional a respeito do tema elaborada pelo IPHAN, no qual Educação Patrimonial é definida como sendo:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural... (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999,; p. 6)

O Guia de Educação Patrimonial, contou com a colaboração da Horta; Grunberg; Monteiro,(1999), responsáveis pela criação de uma metodologia para o campo da Educação Patrimonial. Nesta metodologia a museóloga estabelece uma ponte entre a herança patrimonial e a memória, reconhecendo a existência de uma pluralidade cultural que se apropria de diversas expressões do patrimônio.

O "Guia Básico de Educação Patrimonial" apresenta caminhos para desenvolver através do estado ou do município atividades que possam ser aplicadas sobre toda e qualquer forma de evidência patrimonial, seja material/imaterial, um objeto ou todo um conjunto de bens, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos entre outros. A partir desses processos metodológicos são provocadas e construídas situações de aprendizado sobre o

processo cultural, possibilitando assim ao indivíduo apropriar-se de lugares, histórias, objetos, monumentos que compõem os seus bens patrimoniais na sua comunidade. A metodologia coordenada por Horta; Grunberg; Monteiro, (1999), é esquematizada em quatro etapas: OBSERVAÇÃO, REGISTRO, EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO. Cada etapa dispõe de seus próprios recursos e objetivos, os quais culminam para o mesmo objetivo: a construção de um processo democrático de conhecimento, apropriação e valorização da cultura através de uma Educação Patrimonial participativa.

Na primeira etapa desta metodologia, Observação, o objetivo é estimular os alunos a conhecer e a identificar a função e significado do objeto cultural ao qual serão apresentados durante a atividade, este objeto pode ser um artefato, um monumento, uma dança, comida, música por exemplo. Nesta etapa é disponibilizado aos alunos recursos que lhes ajudem atingir o objetivo, como jogos de detetive, comparações, manipulações do objeto, experimentação, percepção visual, sensorial.

A segunda etapa é o Registro, nesta etapa da atividade os alunos realizam a descrição do objeto cultural trabalhado na atividade, a descrição pode ser realizada de forma verbal, escrita, ou por meio de desenhos, gráficos, fotografias, mapas ou maquetes. Segundo Horta; Grunberg; Monteiro,(1999), o objetivo desta etapa é desenvolver a memória, o pensamento crítico, lógico e operacional, além de fixar o conhecimento adquirido através da observação e da análise crítica do objeto.

A Exploração é a terceira etapa da metodologia, nela os alunos devem realizar pesquisas que ampliem as informações significados atribuídos ao objeto cultural em questão, compreender como outras pessoas reconhecem e valorizam o objeto. A pesquisa pode ser realizada em diferentes fontes como bibliotecas, arquivos, jornais, entrevistas, internet. Com as informaçõescolhidas pelos alunos são realizadas levantamento de hipóteses, questionamentos, avaliação e assim alcançar o objetivo da etapa que é o desenvolvimento da capacidade de interpretação, análise e julgamento crítico dos alunos.

A Apropriação é a quarta e última etapa da metodologia, neste momento

final, os alunos atribuem valor e significado ao objeto cultural estudado, os alunos são incentivados a realizarem uma releitura do objeto através de diferentes recursos como esculturas, dramatização , dança, música, pintura, entre outros, que estimulem a participação criativa e afetiva dos alunos .

ETAPAS	RECURSOS	OBJETIVOS
OBSERVAÇÃO	Percepçãovisual/ sensorial, manipulação, experimentação, medição, comparação, jogos de detetive (dedução)	Identificação do objeto, função/significado desenvolve percepção
REGISTRO	Desenhos, descrição verbal ou escrita, maquetes, mapas	Fixação do conhecimento, pensamento lógico, intuitivo e operacional
EXPLORAÇÃO	Análise do problema, hipóteses, discussão, avaliação, outras fontes	Julgamento crítico, interpretação sindicados
APROPRIAÇÃO	Recriação, releitura, dramatização, pintura, escultura, dança, música, poesia, texto	Envolvimento afetivo, auto expressão, participação criativa, valorização do bem cultural

Quadro1-estrutura da metodologia EP proposta por HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO,1999

A publicação do Guia de Educação Patrimonial pelo Iphan foi de grande relevância para o tema, uma vez que, como sugerido no título, serviu como um guia para diversas ações de educação patrimonial no país, apresentando meios e formas de desenvolver projetos através de uma metodologia que estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas do aluno permitindo melhor aproveitamento no processo de aprendizagem.

Desde a publicação do guia de educação patrimonial, este se tornou referência obrigatória nas ações de EP pois possibilitou por meio da metodologia apresentada e das sugestões de abordagens do tema e de atividades, a associação entre as práticas preservacionistas junto a ações educativas. que têm como objetivo o fortalecimento do patrimônio cultural local permitindo ao aluno a oportunidade de compreender; reconhecer e utilizar o patrimônio cultural local para o seu desenvolvimento pessoal, e inserção consciente na sociedade.

Nos anos 2000, a Educação Patrimonial passa a compor oficialmente um setor dentro do IPHAN, a Gerência de Educação e Projetos, vinculada a Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio (COGEPRAM); criada em 2004 através do decreto nº 5.040, que estabelecia como algumas das competências da COGEPRAM, organizar, orientar e articular ações de promoção do patrimônio cultural. Em 2009, o IPHAN passa por uma reorganização através do Decreto nº 6.844, nesta mudança a COGEPRAM é substituída pelo Departamento de Articulação e Fomento (DAF) e a Gerência de Educação e Projetos passa a ser Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc). OLIVEIRA (2011).

A Ceduc estabelece em suas diretrizes que as ações de EP devem reconhecer a pluralidade dos bens e agentes socioculturais que compõem o patrimônio cultural brasileiro; para isso é necessário que os projetos de EP sejam constituídos de diferentes meios e processos educativos pedagógicos, afim de auxiliar na articulação do diálogo entre as diferentes comunidades que produzem e detém as referências culturais. Desta forma contribuir para a compreensão socio histórica de todas as suas manifestações, de forma coletiva e democrática.

Para desenvolver ações e projetos de educação patrimonial, o IPHAN busca promover parcerias com ongs, centros educacionais, museus, empresas e demais setores da comunidade civil e do poder público, que colaborem na aproximação entre as políticas de reconhecimento, proteção e identificação do patrimônio cultural e a sociedade Deste modo, a política de Educação Patrimonial do IPHAN atua em três pilares. (IPHAN, 2014)

Primeiro, O IPHAN busca desenvolver eventos programáticos, de modo a garantir a execução das diretrizes básicas da Política Nacional de Educação Patrimonial. Estas diretrizes apresentam diferentes meios e propostas para consolidar uma política de educação patrimonial a nível nacional, entre as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Educação Patrimonial, destacamos as seguintes, comprometidas com a elaboração da avaliação, gestão e marcos legais: de Educação Patrimonial:

- Fortalecer o campo da Educação Patrimonial na agenda do Conselho Nacional de Políticas Culturais, de conselhos de cultura, patrimônio e educação em nível estadual, do Distrito Federal, municipal e local, por meio da criação de câmaras setoriais
- Criar conselhos gestores, deliberativos e consultivos nas três esferas de governo, com representação paritária, para planejar, monitorar e avaliar a implementação da PNEP.
- Realizar fóruns nacionais bienais e apoiar a realização de fóruns regionais e locais e outras formas de intercâmbios presenciais, com vistas a discutir e avaliar a implementação da PNEP.
- Constituir comitês interinstitucionais para formulação, planejamento e execução dos programas da PNEP, contemplando a participação de instâncias governamentais e da sociedade civil em um processo democrático e legitimador que garanta a representatividade da diversidade de grupos formadores da sociedade brasileira. (Documento final do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial 2011 apud IPHAN, p.56. 2014)

Estas e demais orientações presentes na PNEP, foram constituídas em eventos de EP promovidos pelo IPHAN, resultando todos nos seguintes documentos: Documento -I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009), Carta de Nova Olinda (2009), e Documento II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011).

O segundo pilar é a inserção do tema Patrimônio cultural na educação formal, para isso o IPHAN em parceria com o Ministério da Educação desenvolve dois projetos: o primeiro deles: "o programa mais educação", que atua na educação básica inserindo atividades de Educação Patrimonial como possibilidades de educação integrada ,através da ampliação da jornada escolar, possibilitando diálogo entre os saberes da comunidade e o ensino formal; estreitando o vínculo entre alunos , pais , professores e demais agentes que compõe a escola. O Programa reconhece, ainda, a educação para além dos muros da escola, levando em conta também a cidade, o bairro e os bens culturais como parte do processo de ensino e aprendizagem. O programa busca ainda acolher escolas em áreas de vulnerabilidade social, e que estejam em situação de baixo desenvolvimento de acordo com os dados do IDEB. (IPHAN, 2014)

Em segundo, o "programa de Extensão Universitária" `(ProExt), no âmbito da educação superior, cujo objetivo é aproximar os saberes relacionados ao Patrimônio Cultural produzidos pela universidade e pelas sociedades em que estão inseridos. Esta iniciativa é muito importante pois permite também, a interlocução entre a Universidade e o ensino fundamental, algo estabelecido na constituição em seu artigo 207 e no Plano nacional de Educação Lei n 10.172/01 mas que, infelizmente, ainda não é uma realidade no cotidiano escolar

O terceiro pilar atua na busca de agentes locais para auxiliar na gestão compartilhada de ações educativas, nesse seguimento o IPHAN promove o projeto Casas do Patrimônio, constituído por ações de educação patrimonial e de capacitação que visam estimular a participação social. As Casas do Patrimônio são responsáveis, justamente, por estabelecer uma ponte entre diferentes projetos locais com foco no patrimônio e bens culturais, "Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo" (IPHAN, p. 29. 2014)

As Superintendências Estaduais (SEs) do IPHAN, possuem um lugar de destaque na articulação destas parcerias, elas são encarregadas de conectar o IPHAN ao poder local, grupos da sociedade civil e empresas interessados em

participar no planejamento e execução de planos e políticas do patrimônio cultural brasileiro. Ao todo o IPHAN possui 27 Superintendências estaduais, que supervisionam, coordenam e executam as ações do instituto.

Desde o lançamento do Guia de Educação Patrimonial (1999), ocorreram avanços significativos no debate e na elaboração de materiais que desenvolveram o conceito e a prática de EP no Brasil. Segundo Baima (2019) estas novas concepções a respeito da temática, são importantes pois além de oferecerem novas perspectivas e possibilidades ao campo de educação patrimonial, também contribuem no aprimoramento acerca do reconhecimento de "novas personagens na construção tanto de narrativas sobre o patrimônio, com a escolha de "novos patrimônios" " (BAIMA, p. 68. 2019). Ainda segundo o autor, o Campo da Educação Patrimonial ganhou novas concepções para além dos objetivos de salvaguarda, ganha também uma perspectiva política que requer reflexão crítica no que se refere aos bens a serem preservados, uma vez que, o patrimônio, assim como a educação, é um campo de tensão, conflito e escolhas. Neste sentido o autor enfatiza:

Dessa forma, essa nova pedagogia do patrimônio leva em consideração uma perspectiva educacional pautada no diálogo, na reflexão, na contestação e no sujeito enquanto ser sensível e consciente da sua história e da realidade que está inserido, podendo (e devendo) ser protagonista nessa relação de permuta entre passado e presente, contribuindo como agente ativo na gestão compartilhada do patrimônio cultural, além de convidar o sujeito ou a sociedade a construir o que é seu patrimônio e a sua cultura, ou seja, convida-o a construir o conhecimento. (BAIMA, p. 70, 2019).

# 2.1 Educação Patrimonial e seus resultados: Cartilhas, Livros Paradidáticos e Guias

Deste modo, com o interesse de identificar e conhecer novas iniciativas a respeito da produção de material didático destinada a educação Patrimonial, no

ano de 2016, foi realizada a pesquisa "Educação Patrimonial e seus resultados: Cartilhas, Livros-Paradidáticos e Guias" sob a orientação de Júlia Camêlo e execução do plano de trabalho por Gescca Dias. A pesquisa teve fomento da FAPEMA, e buscou identificar qual a perspectiva de Educação Patrimonial presente nas produções de Cartilhas, Guias e Livros de Educação Patrimonial, disponibilizados na internet, utilizados em ações e projetos, no Maranhão, e em outros estados do Brasil através do levantamento de sites do IPHAN, e demais sites de Instituições públicas ou privadas. A pesquisa teve duração de um ano, durante este período, foi realizado o mapeamento e catálogo de 122 cartilhas, Guias e Livros Paradidáticos.

São desenvolvidos nas fontes catalogados discussões, metodologias e experiências de Educação Patrimonial realizadas/aplicadas em escolas públicas, comunidades e grupos culturais específicos. Os Materiais são destinados a bibliotecas públicas universitárias, de escolas municipais, estaduais e particulares, tendo como público alvo, professores, estudantes, pesquisadores e formadores de opinião.

As Cartilhas, Guias, de Educação Patrimonial, Livros Paradidáticos encontrados são resultados de políticas educativas voltadas para o patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e natural, com o objetivo promover ações de Educação Patrimonial que valorize a identidade e a memória que compõem o patrimônio material e imaterial do Brasil.

As fontes catalogadas foram organizadas em pastas divididas por estados e subdivididas em pastas destinada as Cartilhas, Guias e Livros de Educação Patrimonial, para ,desta forma, favorecer a formação de um acervo que contenha modelos didáticos de Educação Patrimonial de diferentes regiões, e assim, possam ser disponibilizadas ao público interessado como professores, e pesquisadores. O material catalogado está distribuído conforme os gráficos 1 e 2,

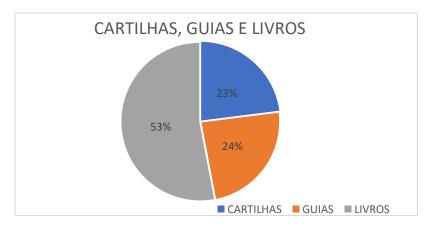


Gráfico 01 percentual total do material coletado dividido entre Cartilhas, Guias e Livros de Educação Patrimonial.

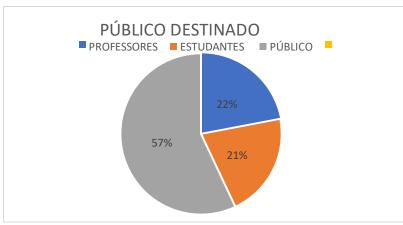


Gráfico 02 percentual total do material coletado conforme o público.

Durante a pesquisa foi possível identificar também que os estados com maior expressão de produtos voltados para Educação Patrimonial disponíveis na web, estão localizados no sudeste do país, e contam com um maior número de projetos voltados para a Educação Patrimonial que envolve tanto universidades, institutos, como o IPHAN, e empresas. A desigualdade na produção de legislações de proteção ao patrimônio entre as regiões e os municípios do país, pode ser um dos pontos determinantes para isso.

Ao compararmos os dados referente aos anos de 2006 e 2014, percebemos que ocorreu um crescimento significativo no que se refere ao percentual de munícios com legislação de proteção do patrimônio cultural, principalmente no que tange as leis de proteção dos bens culturais imateriais, que obteve um aumento de 9,1%, entre os anos de 2006 e 2014. (IBGE, 2015).

Através de dados que apresentam o percentual de municípios brasileiros com políticas de proteção ao patrimônio em 2006- 2014, coletados pelo IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), expostos nos gráficos 03, é possível visualizar a desproporção entre os municípios brasileiros, quando avaliamos a produção de legislação de defesa ao patrimônio cultural em relação ao tamanho da população e região do país. Nesse aspecto destacam-se os municípios com mais de 50 000 a 100 000 habitantes, com aumento de 17,8% e a Região Sudeste, com um aumento de 16,3%.

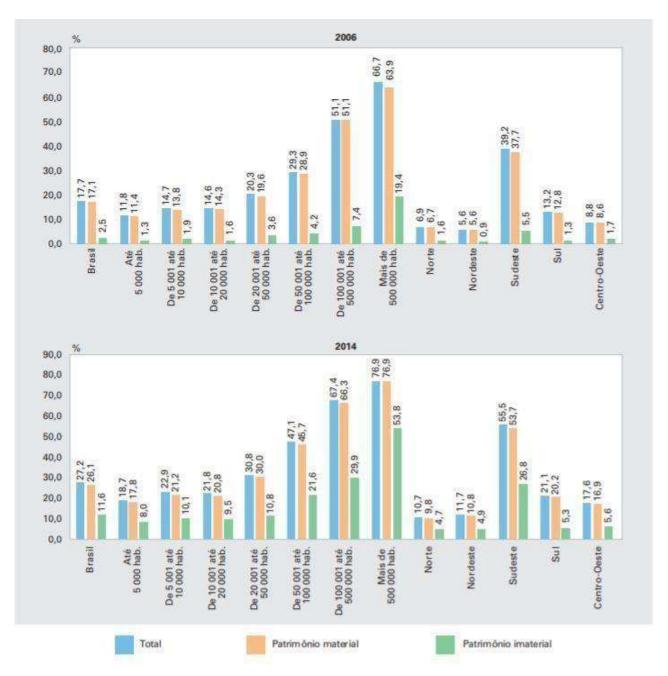


Gráfico 03 Percentual e municípios com legislação de proteção ao patrimônio cultural. Brasil segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2006/2014.Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

A metodologia de Educação Patrimonial desenvolvida por HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO (1999) está presente nas Cartilhas, Guias e Livros de Educação Patrimonial identificadas na pesquisa, com o aperfeiçoamento da

consciência do patrimônio vivo, destinadas tanto para escolas municipais, estaduais e particulares, pesquisadores, bibliotecas públicas e universitárias, bem como formadores de opinião

As cartilhas, guias e livros de Educação Patrimonial catalogados, são resultado de importantes programas de apoio a cultura, desenvolvidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do ministério da cultura, de universidades estaduais e federais e empresas. Que através de políticas de incentivo permitema formação de ações educativas voltadas para o patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e natural, buscando valorizar a identidade e a memória que compõem o patrimônio material e imaterial dos estados e nacional.

São desenvolvidos nas cartilhas, guias e livros catalogados discussões, metodologias e experiências de Educação Patrimonial realizadas/aplicados tanto em escolas públicas, comunidades e grupos culturais específicos, destinadas a bibliotecas públicas, universitárias, de escolas municipais, estaduais e particulares, para professores, estudantes, e bem como formadores de opinião. Apresentaremos aqui 04 exemplos de atividades, experiências e propostas de educação enquanto metodologia. Ferramenta que compõe a elaboração das atividades de Educação Patrimonial encontradas nesta pesquisa.

### Educação Patrimonial: Da teoria à prática (2009)

Autores: Elisa Roberta Zanon/Leandro Henrique Magalhães/Patrícia Martins Castelo Branco Ano: 2009

Nessa Cartilha organizada por resultado do projeto "Educação Patrimonial", desenvolvido pela Secretaria da Cultura de Londrina- PR são apresentados relatos das experiências realizadas em escolas da cidade que culminaram na formulação de uma metodologia de trabalho em Educação Patrimonial, cujo objetivo é valorizar a leitura e compreensão do universo sociocultural que os sujeitos estão inseridos. A Cartilha é destinada a escolas da cidade, pesquisadores e bibliotecas da cidade.

Sua metodologia se divide em 3 etapas e pode ocorrer de modo simultâneo dependendo do tema abordado.

Etapa 01- Sensibilização Debate Conceitual.

Etapa 02- Busca de informações (organização e registros, interpretação e exploração).

Etapa 03- Materialização/Produção do Conhecimento.

A partir destas etapas foi desenvolvido o seguinte cronograma de atividades que se redefiniu em 05 fases:

1ª. Fase - EU	2ª. Fase - Herói	3ª. Fase Patrimônio Imaterial (Brincadeiras e o Medo)	4 <sup>8</sup> . Fase Patrimônio Material
Atividade do Espelho;	O que significa ser herôi?	Apresentar quadros de Portinari;	Apresentar quadros de Monet e Van Gogh;
Quem sou eu? (Desenho);	Desenhar o herői. Características;	Entrevistas com os familiares: brincadeiras de sua época;	Fazer reprodução dos quadros (desenhar);
Memória: brincadeira do "telefone sem fio" e "uma coisa lembra o que";	Três tipos de heróis: herói do cotidiano, herói pioneiro e herói comunitário;	Alunos: brincadeiras atuais;	Música Saudosa Maloca. Análi- se da música. Existem lugares assim?
Memória mais antiga. Lembrança boa e ruim;	Redação: história de um herói;	Brincar;	Redação/desenho: lugares que não existem mais;
Clips do CD "Palavras Cantadas", e;	Em grupo: quem são estas pessoas? Por quê são consideradas herõis?	Leitura de livros de "medo", selecionados na biblioteca da escola;	Escolha dos lugares importantes para se conhecer no bairro; desenhar roteiro (mapa mental);
Auto-Retrato: Quadros de Frida e Van Gogh.	Plenária: escolher os heróis;	Histórias de medo da família;	Passeio;
	Atividade para casa: entrevista com familiares (origem, trabalho, brincadeiras). Trazer fotos;	O aluno tem medo de quê?	Análise das fotografias tiradas durante o passeio;
	Entrevista com os Herôis, e painel com as fotos		Avaliação do passeio;
			Apresentar "Patrimônio da Cidade";
			O que é? Para que serve? Você conhece?

Fonte: Educação patrimonial: da teoria à Prática / Leandro Henrique Magalhães, Elisa Zanon, Patrícia Martins Castelo Branco, 2009. Pg 67.

A metodologia apresentada na Cartilha Educação Patrimonial: Da teoria à prática, foi desenvolvida usando elementos que fazem parte da história e experiências das crianças e das famílias que participaram do projeto, sua origem, trabalho e medos. Pensada como uma ferramenta aos professores da educação básica acerca da Educação Patrimonial e dos conceitos de patrimônio histórico e cultural, além de ser uma metodologia viável de ser adaptada a mais diferente realidade.

### Casa dos objetos mágicos: Salvador Bahia (2007)

Neste exemplo, temos o Guia que apresenta todo o processo do projeto "Casa dos objetos mágicos" desenvolvido em Salvador - BA. Trata do desenvolvimento do curso de "Arte-educação" voltados a ensinar jovens a confeccionar ornamentos sagrados dos rituais do Candomblé/ ferramentas dos Orixás. Além de fornecer uma atividade remunerada cumpriu com o objetivo de renascer a produção dessas ferramentas por artesãos ligados ao culto, essa tradição estava ameaçada devido o desaparecimento de metres artífices nos últimos anos.

O projeto contou com o patrocínio do programa Monumenta do IPHAN, que busca realizar ações direcionadas para o mercado, através do desenvolvimento de atividades rentáveis para o grupo, e da promoção da consciência e do valor patrimonial para a comunidade. O Guia, "A casa dos objetos mágicos", apresenta uma experiência importante no que se refere a realização de políticas de incentivo ao desenvolvimento local e da consciência de que o patrimônio e individual e coletivo.

## Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil (2009)

Consiste numa coleção livros de 04 volumes que compõem a série Patrimônio e literatura, coordenada pelo IPHAN em parceria com a universidade Federal Fluminense (UFF). Tem como objetivo auxiliar os professores em atividade educativa volta dadas para o patrimônio cultural, instigando assim o interesse dos alunos pelo tema patrimônio no seu processo normal de

aprendizado. Os materiais contem resenhas e textos informativos propõem encontrar ou pôr à mostra temas como memória, identidade, história, modos de fazer e criar, saberes tradicionais etc.

## Caderno de Educação Patrimonial: memórias Urbanas de Iguape- SP (2011)

Organizado: Simone Scifoni

Este livro é um dos produtos do Projeto Memórias Urbanas –Iguape/Vale do Ribeira, é destinado à formação de educadores do munícipio de Iguape; Em seu conteúdo o material envolve a comunidade local buscando a valorização das memórias e do patrimônio cultural; através do registro e da documentação da memória, para assim socializar o conhecimento popular e promover a aproximação das comunidades com o seu patrimônio cultural através do reconhecimento da importância da participação das comunidades na proteção do seu patrimônio cultural. Apresenta instruções e propostas pedagógicas aos professores com esquemas de atividades que envolvem literatura, conhecimentos tradicionais, patrimônio edificado.

#### 2.2 Educação Patrimonial no Maranhão

Em relação ao Maranhão, apesar das limitações e dos desafios a serem superados, a Superintendência do estado tem conseguido desempenhar projetos de destaques no campo da Educação Patrimonial, através de parcerias com as comunidades envolvidas, entidades públicas e privadas. As ações de EP desenvolvidas no estado ocorrem principalmente nas cidades de São Luís e Alcântara, estas cidades conservam um vasto e diversificado patrimônio cultural.

A respeito dos projetos implementados pela Superintendência Estadual do Maranhão, em 2004, foi realizado o projeto "viver o Desterro", executado ao longo de quatro meses nos bairros do Desterro e Portinho, localizados no Centro Histórico de São Luís. O projeto contou com a colaboração da associação de moradores de ambos os bairros, da prefeitura municipal, Sebrae, Universidade Federal do Maranhão e mineradora Vale. O Projeto promoveu oficinas; reuniões

com moradores, exposições, visitas a edifícios tombados; ofertou cursos profissionalizantes. (OLIVEI:RA, 2011).

O projeto trouxe benefícios para as comunidades envolvidas, tanto no que se refere à sensibilização aos bens patrimoniais, como também, no que diz respeito à qualificação profissional dos moradores, Os cursos ofertados capacitaram pessoas nos campos de hotelaria e restauração, possibilitando a inserção dos moradores na logística econômica do ambiente histórico e culturalmente reconhecido, o qual o Centro Histórico está inserido.

Destacamos também, o projeto "Reggae, uma Arte de Resistência", realizado em São Luís - MA de maneira autônoma, pela professora de língua inglesa, Marcelia Leal, finalista do prêmio Educador Nota 10, criado em 1998, que busca identificar e premiar, trabalhos que orientem outros educadores a aperfeiçoar a educação em sala de aula. A professora Marcelia Leal, realizou o projeto na escola Unidade Integrada Maria do Carmo Abreu da Silveira, localizada no bairro Cruzeiro do Anil. O projeto utilizou o reggae, elemento cultural bastante presente no cotidiano da população ludovicense, como instrumento didático. O projeto teve início em agosto de 2019, contou com visitas ao museu do reggae e participação de grupos musicais que atuam no estilo musical, a ação impactou cerca de 230 alunos do 7º ao 9º ano, A professora buscou a partir desta metodologia, estimular os alunos a conhecer e a se identificar com a história e o legado cultural do ritmo, e também estimular e facilitar o interesse e compreensão dos alunos pela disciplina de língua inglesa a professora, destaca que o projeto

"Contou na primeira etapa com pesquisa e tradução de músicas, tanto de artistas locais, quanto nacionais e estrangeiros, estudos sobre o movimento Rastafári, a origem das cores da bandeira e vestimentas, e ainda sobre a trajetória de vários grupos e cantores de reggae, como Bob Marley. Na outra etapa do projeto, grupos e cantores de reggae fizeram mini shows na escola, onde foram homenageados. Cada turma ficou responsável por pesquisar e produzir uma homenagem a um cantor ou grupo" (PROFESSORA DE SÃO LUÍS É TOP 50 NO PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10. **Jornal Pequeno**. São Luís – MA 18/07/2020. Disponível em : https://jornalpequeno.com.br/2020/07/18/professora-de-sao-luis-e-top-50-no-premio-educador-nota-10/ acesso em : 16/08/20.

Em 2007, a Superintendência Estadual do Maranhão ´promoveu o projeto de " Educação Patrimonial nas salas de Alcântara" na perspectiva do ensino formal, o projeto foi realizado em parceria com a Secretaria de Educação de Alcântara e com a Universidade Federal do Maranhão, abordou temas relativos à vida cotidiana da comunidade alcantarense como o artesanato, rituais e festejos religiosos e populares, buscou refletir sobre o universo das referências culturais do município e inserir conceitos fundamentais para a compreensão do debate ligado a preservação do patrimônio. Este projeto é um dos mais completos já realizados no estado e no país, constituído a longo prazo com um minucioso trabalho de pesquisa e entrevistas, execução de oficinas e atividades pedagógicas adequadas e capacitação de professores. (IPHAN, 2012).

Pensando na elaboração do material didático, queríamos observar quais eram os conhecimentos trazidos dos alunos, e quais eram as suas maiores dúvidas e interesses referentes à temática proposta. Além disso, tínhamos como meta conhecer o seu universo de referências para que propuséssemos atividades pedagógicas adequadas a ele. Para tanto, estabelecemos para os encontros uma sequência conceitual, partindo dos conceitos mais amplos, que formam o campo da discussão ligado à preservação patrimonial – como cultura, identidade e tempo – até chegarmos à noção específica de patrimônio cultural. (IPHAN. 06. 2012)

Como resultado deste projeto, foi produzido uma coleção de seis livros didáticos, lançados em 2012, sendo quatro destinados a estudantes, estando divididos em três partes 1) narrativa, 02) quadros explicativos 03) exercícios. Os demais livros divididos em volumes I e II são destinados a professores. Os livros apresentam roteiros para acompanhar os livros destinados aos alunos e meios atrativos de inserir o material na sala de aula,a partir de um paralelo entre o conteúdo programático e os contidos nos livros de Educação Patrimonial.

Retomando o panorama nacional, apesar da Educação Patrimonial já ter comprovado a sua relevância e eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento e estímulo da consciência e preservação do patrimônio cultural brasileiro, ainda

existem grandes desafios a serem superados. O principal deles dentro do próprio IPHAN, Segundo OLIVEIRA (2011) a comunicação entre os setores responsáveis pela execução de ações e projetos de Educação patrimonial é deficiente, e tem comprometido a implementação de uma política nacional de educação voltada para o patrimônio.

A situação também é dificultada pela grande autonomia e falta de integração que existe entre os departamentos no Iphan Central e entre as SEs. Assim, os projetos e ações de educação patrimonial executados nas SEs não são discutidos e aprovados pela Ceduc, na verdade na maioria das vezes não são nem informados ao setor. (OLIVEIRA, 2011. P. 30)

No que se refere às ações de educação patrimonial no Maranhão, nota-se problemas semelhantes. As ações no Campo da Educação Patrimonial no estado ocorrem de maneira diversificada com recursos e ações isoladas. Segundo COSTA (2016), a maioria das ações possuem uma atuação mais informativa, com elaboração e distribuições de folders, cartilhas, manuais, da disseminação de palestras. Tais ações não podem ser classificadas como educação patrimonial, uma vez que, cumprem a função de orientação técnica destinados a restauração e manutenção dos bens patrimoniais, COSTA (2016) e não um trabalho mais detalhado e educativo como a experiência do projeto "Educação Patrimonial nas salas de Alcântara".

### CAPÍTULO 3 - ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UM PERCURSO INSTITUCIONAL.

A disciplina de História é a que possui mais proximidade com os temas referentes ao patrimônio cultural, e por isso, recai sobre ela a responsabilidade de articular ações educativas que favoreçam a interação entre os componentes curriculares da disciplina e os bens culturais que compõem o nosso patrimônio.(PACHECO,2017). A relação entre o ensino de história e Educação Patrimonial permite incluir no cotidiano escolar os saberes constituídos na prática comunitária, a cultura regional, os saberes locais, conforme previsto pela LDB e PCNs. A educação patrimonial:

possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural. (Horta; Grunberg; Monteiro, (1999). p.06)

A História enquanto disciplina escolar, ao longo do processo de desenvolvimento do ensino no Brasil, atendeu a diferentes propósitos políticos, sendo em vários momentos, secundarizada a história ligada à cientificidade.

A história como disciplina obrigatória no currículo brasileiro, remonta a criação do Colégio Pedro II em 1838, mesmo ano em que também foi instituído o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambas Instituições mantinham uma estreita relação de colaboração, que envolvia sobretudo razões políticas empenhadas com a consolidação do Estado e da nação brasileira. segundo Manoel (1998),

[...] facilmente se constata que as construções filosóficas sobre a história estão atreladas, mediata ou imediatamente, a projetos políticos. Em outras palavras, facilmente se constata que os projetos políticos – revolucionários ou reacionários, não importa – procuram na filosofia da história as razões de si mesmos, seja para demonstrarem que todo o humano anterior nada mais foi do que uma preparação

para o presente, ou que todo o passado e o presente se constituem no limiar de uma era melhor...Nesse contexto, é necessário encontrar-se uma sentido para a história, é preciso demonstrar que o transcurso da humanidade no tempo não é aleatório, mas indica inexoravelmente um fim para o trajeto humano; isto é, a história não pode ser casual, mas deve ter uma finalidade (MANOEL, 1998, p. 11).

O primeiro curso de formação em História foi realizado no século XX, em 1934, pela Universidade de São Paulo (USP), atrelado ao Curso de Geografia. Durante o governo Estado Novo, o ensino de história manteve as atribuições anteriores de consolidar a identidade nacional, no entanto, numa perspectiva incompatível com a realidade do país:

atribuía-se ao ensino da História a tarefa de construir e consolidar a nação brasileira, acrescentando-se, no entanto, algumas exigências que a sociedade escravista e agrária do século XIX não requeria. À Nação projetada naqueles começos do período republicano não bastava ser branca, cristã, civilizada conforme os moldes europeus. Naquele começo do século XX, ela deveria inserir-se no processo mundial de progresso material e científico representado pela industrialização. (MANOEL, 1998, p. 24).

Esta postura se mantém durante os governos de Getúlio Vargas que passa a fiscalizar e legislar a disciplina. Uma figura importante neste processo é Jonathas Serrano, professor do Colégio D. Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB),responsável pela criação de dois manuais que passaram a ser utilizados no ensino de história, Sendo eles "Como se ensina história" (1935) e "História Contemporânea" para a 5ª série secundária do ciclo fundamental (1938). Neles, Serrano defendeu uma postura mais pedagógica, no intuito de aproximar o ensino com os interesses dos estudantes, além da defesa de novas metodologias que estimulasse um melhor aprendizado do programa curricular, conforme Maria Auxiliadora Schimidt (2004). O que correspondia a um pequeno avanço ao reconhecer o papel participativo dos estudantes no processo de aprendizagem, mas ambos manuais, no entanto ,preservavam o destaque de personalidades históricas, grandes homens e acontecimentos além de aliar suas metodologias educacionais aos ideias

políticos colaborando para o discurso de ruptura e de construção de nação propagado pela Era Vargas.

No Regime Militar, ocorreram reformas que tornaram ainda mais problemático o processo de ensino e aprendizagem no Brasil, as mudanças curriculares da educação cumpriam a tarefa de descaracterização das ciências humanas, impondo ao ambiente escolar a responsabilidade de formação de mão de obra, adotando desta forma o modelo tecnicista, e assim atender aos objetivos de inserção no mundo industrial, do Regime Militar. Em 1969, o governo autorizou através do decreto-lei nº 547, as licenciaturas curtas, esta medida, institucionalizou a perda de autonomia e qualificação docente do professor.

A disciplina de História foi o principal alvo do governo antidemocrático, "os currículos escolares reduziram significativamente as disciplinas de caráter humanista como a história" (PACHECO, 2017, p. 14). Sendo substituídas pela implantação da disciplina de Estudos Sociais. A disciplina de Estudos Sociais transmitia fundamentalmente valores morais e cívicos, segundo FONSECA, a disciplina era responsável por "reduzir os conceitos de moral, liberdade e democracia aos de civismo, subserviência e doutrinação" (1993, p. 39).

Em 1976, o Ministério da educação editou a portaria de nº 790, a qual excluía a participação do professor de história no ensino do 1ºgrau, somente professores com formação em Estudos Sociais poderiam ministrar a disciplina neste estágio do ensino. Atuação da disciplina história ficaria restrita apenas ao ensino de 2º grau, e de forma reduzida, uma vez que, neste período predominava a formação específica sobre a formação geral, (FONSECA, 1993).

Para Pacheco, a história enquanto disciplina, possui a responsabilidade de "problematizar as informações históricas que fazem parte da memória coletiva do tempo presente "(p. 21, 2017). Deste modo, entendemos que a desqualificação do professor de história , no contexto militar, foi estratégica para atender aos interesses político-ideológicos do regime, pois limitou as possibilidades de debates críticos nas salas de aulas, além de tambématender

a interesses econômicos, ao encarar a educação como mercadoria e geradora de mão de obra, inclusive para as empresas educacionais, (FONSECA, 1993).

Esta investida contra os profissionais de história revela a outra dimensão que vai além da econômica. Trata-se do controle ideológico sobre a disciplina em nível de 1º grau na formação dos cidadãos e do pensamento brasileiro. O profissional oriundo da licenciatura curta estava muito mais propenso a atender aos objetivos do Estado, às ideias de Segurança nacional do que um outro profissional oriundo de licenciatura plena em História, apesar das limitações deste. A licenciatura generalizante, não preparando o suficiente o professor para o trabalho nas escolas, acabava, na maioria das vezes, empurrando-o para a alternativa mais cômoda, ou seja, utilizar o manual didático, reproduzindo-o de forma quase absoluta, reforçando um processo de ensino onde não há espaço para a crítica e criatividade. (FONSECA, 1993, P. 28)

Além dos fatores institucionais que buscaram legitimar a lógica política do Estado e da classe dominante (FONSECA, 1993); outro ponto relevante é a presença do eurocentrismo na pesquisa histórica e consequentemente no ensino , enfatizando a relação entre a universidade e a escola, na qual a escola é entendida numa lógica hierárquica, como apenas reprodutora do saber acadêmico.

A respeito do impacto desta influência na disciplina de História, DIAS e GOLÇALVES, (2009), destacam que a herança historiográfica nacional durante muito tempo esteve distante das particularidades da história regional e local; estando alinhada aos modelos teóricos "prestigiados nos círculos acadêmicos internacionais, sobretudo, como todos sabem, na França", (p.39, 2009).

Esta postura acadêmica naturalmente influenciou o ensino de História no ensino básico, conforme Fonseca (1993), estando estreitamente ligado com as tradições europeias em especial francesa. A disciplina de História privilegiava e se alicerçava em quatro pilares História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea. De modo que a História do Brasil segundo Fonseca, ocupava um pequeno apêndice da história Universal e construída a partir dos marcos da história europeia.

[...]O programa de ensino prioriza os estudos dos fatos políticos institucionais que formam o conjunto desta memória, excluindo temas e fenômenos, ações sociais de grande significado, reduzindo temas e períodos complexos da história a meros fatos, como, por exemplo, Revolução de 64. Os chamados "aspectos econômicos e sociais vêm como decorrência do político, como meros apêndice". O "cultural" aparece em atividades suplementares. Nesse sentido a História do Brasil é simplificada, reduzida a um conjunto de fatos políticos institucionais, que expressa a memória do ponto de vista de uma determinada fração da sociedade e que, por sua vez, édifundida como história da nação. (FONSECA, p.82. 1993)

Como resultado destas influências e intervenções, o ensino de história, além de alinhado academicamente, aos modelos teóricos internacionais, especialmente o eurocentrismo. também esteve sujeito a diversas intervenções políticas- ideológicas de agentes governantes, o que revela o papel estratégico que a disciplina exerce na sociedade .Como resultado destas influencias e intervenções, em conjuntos, ao longo do século XIX e XX, a produção de uma historiografia brasileira e o acesso ao ensino de história ministrado de maneira crítica, criativa e independente foi comprometida.

No contexto da redemocratização muitos destes desafios buscam ser superados, na Universidade, ocorre uma reavaliação dos temas produzidos pela historiografia, expandindo e enriquecendo os estudos no campo da História Social; " a proposta inscrita neste movimento da nova Historiografia Brasileira inspira-se basicamente em problemas da Historiografia Social Inglesa e na Nova História Francesa" (FONSECA, p. 92-93. 1993). Deste modo, segundo Fonseca, a relação com novas influências teóricas próximas do social, permitiu o aprofundamento nos estudos de temas até então considerados marginalizados, como família, memória, gênero, entre outros. (1993).

Ocorrem também nas décadas de 1970 e 1980, encontros congressos, debates com a colaboração de professores, associações científicas e sindicais, nos quais, criticavam a visão hierárquica do saber em relação a escola fundamental, propunham novas práticas no processo de ensino e aprendizagem buscando inserir professores e alunos num ambiente de ensino critico

participativo e independente. Fonseca (1993) Estes movimentos contribuíram em muito para os significativos progressos acerca da concepção de educação nacional.

Com a redemocratização a educação ganha uma perspectiva cidadã ao ser reconhecida como um direito universal pela constituição de 1988, e é aprimorada com outros dispositivos legais posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs. Que possibilitaram a história, enquanto disciplina escolar, abordar não somente os conhecimentos específicos produzidos pela história ciência , mas também desenvolver junto aos alunos o pensamento crítico, além de compreender a cidadania como um exercício diário dos direitos e deveres civis e como resultado das interações sociais e políticas (BRASIL. MEC, 1998) enfatizando a importância de conhecer a diversidade cultural brasileira como um exercício de cidadania e de reconhecimento da identidade nacional como também defende Silva:

Dessa forma, o ensino de história pode permitir que o estudante do ensino básico reconheça as diferenças culturais como enriquecedora da identidade nacional. Neste sentido, propiciar o conhecimento sobre as várias etnias, religiões, linguagens que formam o amplo patrimônio sociocultural brasileiro é uma ferramenta utilizada na escola para a construção da cidadania. (SILVA,2017, p.1)

### 3.1 Educação Patrimonial Como Recurso Metodológico No Ensino De História.

A relação entre o ensino de história e Educação Patrimonial permite incluir no cotidiano escolar os saberes constituídos na prática comunitária, a cultura regional, os saberes locais, conforme previsto pela LDB e PCNs. A educação patrimonial

possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória

histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural. (Horta; Grunberg; Monteiro, (1999). p.06)

A Educação Patrimonial é uma forma de viabilizar/pôr em prática os objetivos propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/1996), que estabelece a necessidade de levar em consideração o saber local na prática escolar.

**Art. 26.** Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também reforçam a responsabilidade da História enquanto disciplina, trabalhar junto aos alunos a realidade e diversidade da história e cultura local/regional, a contribuição de diferentes grupos e povos para a construção e reconstrução da sociedade brasileira, e deste modo, contribuir de maneira crítica para a valorização e apropriação dos conteúdos socioculturais. (BRASIL,1997).

O diálogo entre o conteúdo curricular formal e a experiência social dos alunos é também defendido por Paulo Freire (1996). Para o pedagogo é fundamental no processo de aprendizagem o respeito aos saberes das classes populares, inserir os educandos como reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Segundo Freire,

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (1996, p.23)

O espaço escolar é um local privilegiado, pois possibilita a interação entre as pessoas, os saberes formais e informais, além de ser um dos primeiros

espaços a se exercitar a cidadania. Para Pacheco, a escola, como instituição

social responsável pelo ensino formal e a disciplina de História como pertencente desta estrutura, exercem a importante tarefa de oferecer aos educandos, elementos e saberes necessários que permitam a interpretação do mundo social em que estão inseridos, a Educação Patrimonial como instrumento metodológico de ensino é uma importante aliada nesta tarefa.

Incluir o patrimônio cultural como instrumento pedagógico favorece a abordagem de conceitos complexos como identidade, diversidade, memória e história (Moraes,2005). Segundo Pacheco (2017), assim como existe uma linguagem materna, matemática, e científica, também existe uma linguagem humanística, que se trata da compreensão de termos como "tempo", "memória", "estado" entre outros próprios das ciências humanas. Neste sentido, o autor defende como importante o desenvolvimento da linguagem humanística em sala de aula, no ensino de história. Fazer com que estes termos sejam trabalhados de forma próxima possibilita que os educandos utilizem tais conceitos de forma crítica e consciente na leitura do mundo a sua volta. Em defesa da linguagem humanística em sala de aula como instrumento de leitura social o autor argumenta:

A utilização dos procedimentos de pesquisa próprios das ciências humanas com educandos do ensino básico significa propor experiencias concretas comas chamadas fontes históricas e propor coleta e organização de dados empíricos por parte dos educandos. Assim, propostas de atividades como leitura crítica de um documento antigo e confecção de uma linha do tempo são oportunidades de o educando desenvolver as habilidades de leitura e identificação das ideias presentes em um panfleto eleitoral. (PACHECO, p. 141. 2017).

O professor de história exerce um papel fundamental na tarefa de proporcionar, no âmbito escolar, o diálogo entre o ensino formal e as práticas de preservação e valorização dos bens culturais, além de também incentivar a reflexão acerca de sua constituição e reprodução. Quanto ao lugar de destaque do professor de história neste processo, Pacheco destaca:

De forma privilegiada, mas não exclusiva, cabe à disciplina escolar de história propor, ao conjunto dos demais componentes curriculares, ações educativas voltadas a potencializaro diálogo sobre a preservação patrimonial e a valorização da memória na prática pedagógica. No cenário escolar, compete a história, como disciplina

mais próxima da problemática social, desenvolver ações de percepção dos bens culturais e de reflexão dos seus processos de constituição e reprodução (PACHECO, p. 87. 2017).

A Educação Patrimonial ao se basear nos elementos que constituem o patrimônio cultural da comunidade escolar, permite ao educando refletir e relacionar seus valores, localidades e cotidiano com o conteúdo trabalhado em sala de aula, (BARROS, 2013).

A utilização do Patrimônio cultural como recurso pedagógico no ensino de história permite a reflexão e debate de termos como História e Memória (Moraes,2005) que são frequentemente confundidos em ações de preservação patrimonial, aponta Pacheco (2017).

A respeito do debate entre memória e história, Nora (1993) destaca suas características opostas. Segundo Nora, enquanto a história busca construir um conhecimento baseado em um suporte metodológico que lhe garanta cientificidade; a memória não se compromete com o científico, mas se sustenta nas lembranças carregadas pelo grupo que as mantém vivas.

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...].

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais[...], porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. (Nora,1993, p.9 apud Pacheco, 2017, p.86)

Para Maurice Halwachs (2006), a memória é constituida a partir de um processo seletivo que determina o que deve ser lembrado, uma vez que é impossivel o registro total e exato de um dado momento, a memória é por tanto, uma reconstrução do passado realizada com a ajuda do presente. O autor destaca o aspecto individual e coletivo da memória, a primeira podendo se apoiar na segunda e inclusive confundir-se com ela em alguns momentos; para Halwachs, enquanto a memória individual é um fragmento dos fatos vivenciados pelo grupo, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. A memória individual não se mantém isolada pois precisa recorrer as lembranças, sejam as

de outros indivíduos, ou as de pontos de referência estabelecidos pela sociedade (HALBWACHS,2006). Os bens que compõem o patrimônio Cultural, seja em sei aspecto material ou imaterial, fazem parte deste reverencial.

A memória coletiva está limitada a um grupo no tempo e espaço, consequentemente está restrita a consciência do grupo que a mantém. A história opera de forma oposta, ultrapassando os limites do grupo avaliando-o de forma externa, esquematizada e sobre uma perspectiva temporal bastante ampla. Neste sentindo a história "não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Com isso, ela apenas obedece a uma necessidade didática de esquematização" (HALBWACHS, 2006. P. 103). Ao contrário da memória coletiva, cujo período," não ultrapassa a duração médica da vida humana" (HALBWACHS, 2006. P. 109).

## 3.2 Educação Patrimonial nas salas de aulas ludovicense : perspectiva dos professores a respeito da temática.

A cidade de São Luís – MA abriga uma vasta gama de manifestações culturais reconhecidas nacional e internacionalmente, através de títulos como o de Patrimônio cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, no ano de 1997, Capital Americana da Cultura, no ano de 2012 pela Organização Capital Americana da Cultura. A cidade é privilegiada, pois, é repleta de evidências culturais que são vivenciadas cotidianamente pela sociedade ludovicense.

Para a realização deste trabalho foram aplicadas entrevistas com professores de história que atuam na rede pública e privada de ensino de São Luís – MA, tivemos a colaboração de professores de outras cidades do estado, como Alcântara, Primeira Cruz, e Açailândia. buscamos identificar com as entrevistas qual a perspectiva dos professores em relação a Educação Patrimonial no ensino formal. Ao todo foram colhidas 30 entrevistas entre o período 28/07/2020 e 16/08/2020.

Devido ao contexto de pandemia do COVID 19, tivemos que adaptar as entrevistas, estas foram aplicadas de maneira online, através da ferramenta formulário do Google documentos.

Dentre as informações quantificadas, apuramos os seguintes dados:

A maior parte dos professores entrevistados atuam no setor público de ensino, sendo 63,4%.

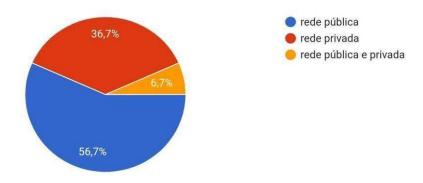


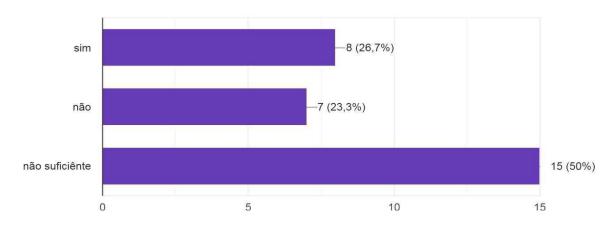
gráfico 4 percentuais de professores entrevistados divididos por rede de ensino

Entre os professores que lecionam no ensino púbico, 47,4% atuam na rede municipal;36,8% na rede estadual e 15,8% rede federal. Tivemos a participação de professores dos três níveis de ensino (básico, médio e superior).

Indagamos aos professores questões a respeito da qualificação, incentivo e prática em Educação Patrimonial e obtivemos os seguintes dados:

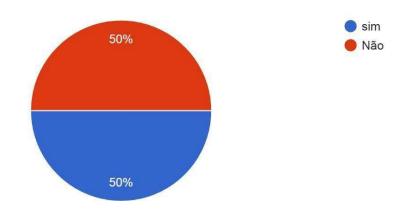
Você teve algum tipo de suporte a respeito de educação patrimonial durante a sua formação profissional?

30 respostas



fonte: própria, 2020

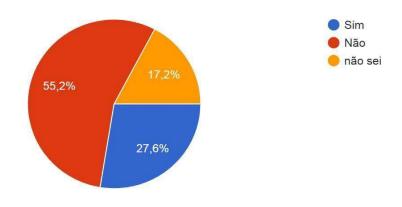
A instituição em que você trabalha estimula atividade fora da sala de aula? 30 respostas



fonte: própria, 2020

A escola em que trabalha dispõe de recursos didáticos como cartilhas, guias ou livros paradidáticos que promovam a educação patrimonial?

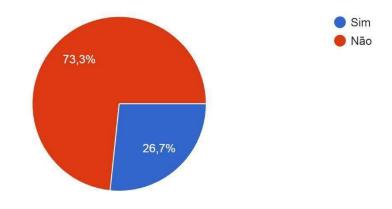
29 respostas



fonte: própria, 2020

O material didático utilizado na escola em que trabalha, dispõe /trabalha a história local dos seus alunos?

30 respostas



fonte: própria, 2020

Pudemos identificar através dos dados obtidos, que a maioria dos professores entrevistados não tiveram, durante sua formação profissional, qualificação suficiente em relação a metodologia de educação patrimonial em

sala de aula. Esta carência quanto a formação dos professores em relação a temática de EP, somadas a dificuldade de incentivo por parte da instituição onde os educadores atuam, e a escassez de material didático de EP nas escolas, comprometem a implementação da metodologia no ensino formal.

Em relação ao material didático, 82,8% dos professores entrevistados, alegaram não existir ou não terem conhecimento da existência de materiais como cartilhas, guias ou livros paradidáticos voltados para a temática de EP nas escolas em que atuam. Outro dado relevante, 73,3% dos professores entrevistados, alegaram não conter elementos da história e cultura local no material didático que utilizam em sala de aula. Em relação a esta carência, os professores destacam:

"É muito difícil abordar história local, por causa dos livros didáticos, que são do Sudeste. Além da enorme cobrança de seguir exatamente os conteúdos dos livros, e concluí-los no prazo de cada bimestre. E na minha realidade de escola privada, não tenho liberdade de realizar projetos fora da escola, já fui barrada inúmeras vezes. Tudo muito distante do que a BNCC apresenta." (entrevistado 19)

"Como os livros didáticos adotados pela escola não dispõem de História do Maranhão, dou de forma extra. E, por São Luís se tratar de uma cidade que possui amplo centro histórico, promovo visitas a Museus, teatros e lugares da cidade que são marcos da história local." (entrevistado 09)

Em relação ao desenvolvimento de ação ou projeto de educação patrimonial em sala de aula, 53,3% dos entrevistados responderam não terem executado nenhum tipo de ação ou projeto relacionados a temática.46,7 % responderam já terem executado atividades de educação patrimonial com seus alunos, dentre as ações desenvolvidas pelos professores, destacamos as seguintes experiências:

"Uma atividade interessante desenvolvida pela escola é a visitação a comunidade quilombola de Itamatatiua durante a semana de consciência negra. No qual todos os profissionais e alunos da escola participam e contribuem com os conhecimentos da história local, da cultura de produção de cerâmica e como esta atividade está relacionada à identidade local. Além da visitação a casa de cerâmica

fizemos a visita ao poço do chora, que era a principal fonte de abastecimento do quilombola e do qual está inserido em um misticismo e ritualística que é repassada e vivenciada por diferentes gerações." (Entrevistado 01)

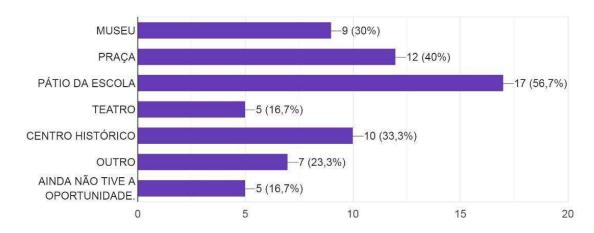
"Orientei projeto de Extensão que levava os alunos do Ensino Fundamental e Médio para conhecer a arquitetura e a restauração de casarões coloniais que passaram a abrigar cursos da Uema, História e Arquitetura, também orientei um aluno do projeto PIBID/UEMA que desenvolveu Educação Patrimonial, no Centro Histórico de São Luís. "(Entrevistado 28)

"Na escola em que trabalhava nós já fizemos projetos de valorização da história do nosso município, foi algo bem interessante para nós e para os alunos. Geralmente nas minhas aulas do 6 ano eu trabalho as questões de patrimônio Histórico." (Entrevistado 30)

"Escola Pública. Projeto de grafitagem sobre a segunda guerra mundial e exibição de desenhos e instrumentos no contexto da guerra fria. Particular. Projeto artístico Egito antigo e confecção de instrumentos dos períodos neolítico e paleolítico." (Entrevistado 05)

Constatamos através da pesquisa, que o pátio da escola é o principal espaço de interação e manifestações culturais, especialmente no desenvolvimento de eventos comemorativos como "Projetos que valorizam as datas festivas culturais, como dia do índio e da consciência negra" (entrevistado 18).

Você em algum momento, conseguiu promover atividades com alunos em quais destes ambiente ? 30 respostas



fonte: própria, 2020

No entanto, conforme apresentamos ao longo deste trabalho, a Educação Patrimonial é uma metodologia que deve ser aplicada de forma sistemática e permanente de modo a desenvolver nos educandos uma consciência de valorização, apropriação e preservação do patrimônio cultural (Horta; Grunberg; Monteiro,(1999)), o que não é possível com atividades esporádicas, aplicadas em função de datas comemorativas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi apresentado ao longo deste trabalho, podemos destacar que tanto o patrimônio cultural, como a disciplina de história, ocupa um papel importante na construção da nação brasileira. Ambos foram utilizados, ao longo da história nacional, como instrumentos políticos e ideológicos que buscaram garantir os interesses de unidade territorial, centralização política administrativa do Estado, e a consolidação da identidade nacional. O patrimônio cultural e a disciplina de história passaram por um processo institucional, conquistaram uma postura cidadã, com a constituíção de 1988, o patrimônio, adotando uma perspectiva cultural mais ampla e democrática; a educação sendo reconhecida como um direito universal.

A Educação Patrimonial surge como uma importante política pública de disseminação, conscientização e manutenção de práticas preservacionistas, e como meio de desenvolver uma consciência cultural de preservação e de identidade por parte da população brasileira em relação ao patrimônio nacional. Com o lançamento do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), a temática ganhou uma nova postura, servindo como manual para diversas ações relacionadas ao tema no país, apresentando meios e formas de desenvolver projetos através de uma metodologia que estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas do aluno permitindo melhor aproveitamento no processo de aprendizagem. Além de estimular ao indivíduo a "compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural." (Horta; Grunberg; Monteiro. 1999, p. 6).

Vários outros livros e dispositivos foram desenvolvidos após o Guia de Educação Patrimonial, e desde então, o campo ganhou novas concepções, para além dos objetivos de salvaguarda. Ao longo dos anos 2000, o IPHAN promoveu políticas e projetos que buscaram vincular a educação patrimonial com a educação formal, reconhecendo a necessidade de executar ações de aprimoramento e incentivo, tais como: a) o preparo professores no campo

temático de EP tanto nos cursos de formação inicial como continuada, B) incentivar através de financiamento e conhecimento as experiências de EP no âmbito escolar. C) Promover a produção e circulação de materiais didático de EP, tanto direcionados ao ensino escolar como também para os cursos de formação de professores (inicial e continuada). D) "Inserir ações de Educação Patrimonial no processo de educação integral, integrada, integradora e em tempo integral, contribuindo estrategicamente para o fortalecimento da PNEP e para o desenvolvimento sustentável local." (IPHAN, p.53, 2014).

A Educação Patrimonial apresenta-se como uma excelente ferramenta pedagógica que contribui significativamente no processo de aprendizagem, oferecendo recursos importantes que auxiliam na inserção do patrimônio cultural local na sala de aula, conforme previsto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares nacionais. No entanto, apesar da existência de dispositivos que orientam o trabalho da história local no planejamento curricular do ensino nacional, na prática, isso não ocorre na maioria das escolas brasileiras. Como pudemos identificar na fala dos professores entrevistados, as amplas exigências curriculares gerais, a escassez de materiais didático voltados para as temáticas locais, e a falta de preparo, na formação inicial e continuada, dos professores com a temática são os principais fatores que comprometem a aplicação da metodologia no ensino formal.

A metodologia de educação patrimonial é uma ferramenta importante no combate as ameaças da globalização, e a padronização cultural, cada vez mais presente e tornando os elementos culturais algo cada vez mais exótico.

A história como disciplina escolar possui um caráter estratégico nessa tarefa, pois trabalha naturalmente, em sua grade curricular, com os elementos que constituem o patrimônio cultural. Essa aproximação natural contribui para o sucesso da metodologia como recurso metodológico no ensino de história, permitindo, através da utilização do patrimônio cultural, que o professor trabalhe/aborde conceitos e conteúdos históricos de maneira próxima e didática, estimulando uma educação crítica e problematizadora que insere o aluno de forma ativa dentro do processo de ensino e aprendizagem, permitindo, desta forma, ao aluno questionar sua participação e contribuição sociocultural.

No que se refere a atuação da Educação Patrimonial no ensino formal maranhense, de acordo com os dados coletados com os questionários aplicados na realização deste trabalho, podemos destacar que ainda há muito o que fazer, principalmente no que diz respeito a produção de material didático que aborde as particularidades culturais regionais/locais; no que diz respeito também, à qualificação dos professores, tanto nos cursos de formação como também de forma continuada; e ao incentivo por parte das instituições nas quais atuam os professores. Apesar destes desafios, o Maranhão possuí bons exemplos de educação patrimonial que podem ser expandidos para toda rede de ensino.

Concluímos que a utilização de recursos culturais locais, através da metodologia de educação patrimonial, permite ao educando refletir e relacionar seus valores, localidades e cotidiano, com o conteúdo trabalhado pela disciplina de história em sala de aula. Desta forma, a metodologia de Educação Patrimonial apresenta-se ao professor de história como um recurso importante que deve ser aproveitado, visando o aprimoramento da disciplina. É necessário que se incentivem estudos no campo e que as produções relacionadas a temática de educação patrimonial sejam compartilhadas com os professores, de modo a estimular experiências de EP de forma ampla e permanente no ensino formal maranhense e nacional.

### **REFERÊNCIAS**

ARÉVALO, Marcia Conceição da Macena. Sentir para agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial / Instituído do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, 2013. 114f. Dissertação (Mestrado) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

BAIMA, Carlúcio de Brito. A educação patrimonial nos projetos de arqueologia de contrato: reflexões e contribuições. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. Dissertação (Mestrado) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000: Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [S.n], 2000,

BRASIL. Decreto nº 5040 de 07 de abril de 2004: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. [S.n], 2004

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: [S.n], 1988

CABRANE, Lia. "Diálogos Sobre o Patrimônio: Estado e Sociedade em Ação" IN: PINHEIRO, Andson Rodrigues S. **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Ipha, 2015.

CAVALCANTE, Lauro. "Modernismo-arquitetura e patrimônio". In: PANDOLF, Dulce (org.). **Repensado o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação /Getúlio Vargas, 1999.

COSTA, Andréa Katiane Ferreira. **Ações educativas e práticas** preservacionistas no Centro Histórico de São Luís no período de 1995-2008. São Luís - MA, EDUFMA, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. Ed. UNESP, 2001

CRUZ, Rodrigo Díaz (1993). **Experiencias de la Identidad**. In: Revista Internacional de Filosofía Política, nº 2, pp. 63-74 acesso <a href="http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:filopoli-1993-2-7AA3DF76-3C0B-D4CD-B983-711F75FF631E&dsID=experiencias identidad.pdf">http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:filopoli-1993-2-7AA3DF76-3C0B-D4CD-B983-711F75FF631E&dsID=experiencias identidad.pdf</a> 29/06/20

DIAS. Reginaldo Benedito; Gonçalves. José Henrique Rollo. **HISTÓRIALOCAL E HORIZONTE BIOGRÁFICO: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá**. In: História, Memória e Patrimônio. Angelo Priori (org.). Maringá: Eduem, 2009.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. /São Luís: Prefeitura de São Luís/Instituto da Cidade, 2006 ANDRÈS, Luís Phelipe de Carvalho Castro. (Coord.) Centro Histórico de São Luís – Maranhão – Brasil - Patrimônio da Humanidade. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN; a política de patrimônio no Brasil (1838-1937).** In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAS 1.2010. Disponível em htt://culturadigital.br/politicasculturais.com> acesso em 21/01/2020.

FONSECA, Maria Cecília de Londres. **O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas consideraçõe**s. IN: Átila Bezerra Tolentino (Org.). Caderno temático 2. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FONSECA. Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA. Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP, Papirus, 1993.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários `a prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

HALBWACHS, Maurice, 1877-1945. **A Memória Coletiva**/ Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPHAN, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Histórico, Conceitos e Processos. Brasília ,2014.

MANUEL. Ivan A. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: DO COLÉGIO PEDRO II AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. disponível in : <a href="https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46194/1/01d21t11.pdf">https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46194/1/01d21t11.pdf</a> acesso em 06/ 10/20.

MORAES, C. C. P.; SANTOS; A. F.; MADUREIRA, J. M. A.; SCHITTINI, G. - O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência de estágio supervisionado. Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005, online (www.proec.ufg.br)

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP ,1993.

NERIS, Wheriston. NERIS, Cidinalva. SILVA, João Ricardo. "Por uma genealogia das noções de patrimônio e cultura no Maranhão Contemporâneo".

In: FILHO PACHECO, Alan Kardec Gomes. CORRÊA Helidacy Maria Muniz. PEREIRA, Josenildo de Jesus. (org.) São Luís 400.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto De. **Educação patrimonial no Iphan**. Brasília, DF]. 2011. 131p . Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Diretoria de Formação Profissional.

ORIÁ, Ricardo, "O Patrimônio Cultural na Legislação Brasileira". In: **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Legislação sobre patrimônio cultural. Brasília: Edições Câmara, 2010.

PACHECO, Ricardo de Aguiar, **Ensino de História e Patrimonial Cultural: um** percurso docente. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2006, vol.26, n.51. disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=pt&tlng=pt acesso em: 27 de setembro de 2020.

PROFESSORA DE SÃO LUÍS É TOP 50 NO PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10.

Jornal Pequeno. São Luís – MA 18/07/2020. Disponível em : https://jornalpequeno.com.br/2020/07/18/professora-de-sao-luis-e-top-50-no-premio-educador-nota-10/ acesso em : 16/08/20.

PROJETO PRAIA GRANDE. Governo do Estado do Maranhão, São Luís, 1981. PROPOSTA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO PARA INCLUSÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUIS A LISTA DO PATRIMONIO MUNDIAL DA UNESCO. São Luís, Maranhão, out/1997

SILVA, Aletícia Rocha da. PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA:

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL, disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502031269 ARQUIVO A EDUCACAOPATRIMONIALCOMOESTRATEGIADEENSINODEHISTORIA.pdf acessado em 06 de out. de 2020.

SILVA, João Ricardo Costa; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; NERIS, Wheriston Silva. "Por uma genealogia das noções de patrimônio e cultura no maranhão contemporâneo". In: PACHECO FILHO. Allan Kardec; CORRÊA, Helidacy, Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. *São Luís 400 anos*: (com) tradições de uma cidade histórica. São Luís: UEMA; café &Lápis, 2014.

**SILVA,** João Ricardo. **Preservação versus destruição:** o caso do Centro Antigo de São Luís- MA. São Luís-MA/ Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371224889\_ARQUIVO\_Pre servacaoversusDestruicao-ANPUH.pdf

SILVEIRA Flávio e Marcia BEZERRA Marcia. "Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas". **IN: A antropologia e Patrimônio cultural diálogos e desafios contemporâneos**/2007. Disponível em htt://www.abant.org.br/conteúdo/livros/patrimoniocultural.pdf acessado em 12/04/20

ZANON Elisa Roberta MARTINS Patrícia. MAGALHÃES Leandro Henrique **Educação Patrimonial: Da teoria à prática.** Londrina: Ed.Unifil, 2009.

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I**

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Resolução 466/12 do Conselho Nacional da Saúde.

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa quantitativa voltada para a realização do trabalho de conclusão de curso "EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão, de autoria da aluna Gescca Sousa Dias (discente do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA sob orientação da Prfª. Dr.ª Júlia Constança Pereira Camêlo. O objetivo do estudo é verificar / conhecer/ identificar práticas de Educação Patrimonial no ensino de história.

Sua participação do não é obrigatória e o (a) Senhor (a) tem a liberdade de retirar seu consentimento da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

	São Luís,de2020.
1	ENDEREÇO DA PESQUISADORA Responsável Gescca Sousa Dias (9898308-1135). Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA R. da Estrela, 329 - Centro, São Luís - MA, 65010-440
1.	Você aceita participar desta pesquisa?
	Marque todas que se aplicam.
	Sim
	Não
2.	Você leciona em qual destes setores de ensino?
	Marcar apenas uma oval.
	rede pública
	rede privada
	rede pública e privada

3.

3.	Caso seja professor (a) da rede pública em qual esfera nacional atua ?
	Marcar apenas uma oval.
	rede municipal
	rede estadual
	rede federal
4.	Em qual escola você leciona? (opcional)
5.	Em qual área do conhecimento você atua como professor (a) ?
6.	Dos itens abaixo quais você considera cultura?
	Marque todas que se aplicam.
	cinema
	livro
	televisão
	música
	festividades

7.	Quais dos elementos abaixo você considera como sendo pertencentes ao			
	Patrimônio cultural ?			
	Marque todas que se aplicam.			
	MUSEUS			
	MÚSICA			
	COMÉRCIO POPULAR			
	ESCOLA			
	ARQUITETURA			
	NATUREZA			
	COMIDA			
	ARTEFATOS			
	HISTÓRIA			
8.	Você já desenvolveu algum projeto /ação de educação patrimonial em sala de aula?			
	Marcar apenas uma oval.			
	Sim			
	Não			
9.	A instituição em que você trabalha estimula atividade fora da sala de aula?			
	Marcar apenas uma oval.			
	sim			
	Não			

10.	Você em algum momento, conseguiu promover atividades com alunos em quais destes ambiente ?			
	Marque todas que se aplicam.			
	MUSEU PRAÇA PÁTIO DA ESCOLA TEATRO CENTRO HISTÓRICO OUTRO AINDA NÃO TIVE A OPORTUNIDADE.			
11.	Você teve algum tipo de suporte a respeito de educação patrimonial durante a sua formação profissional?			
	Marque todas que se aplicam.			
	sim não não suficiênte			
12.	A escola em que trabalha dispõe de recursos didáticos como cartilhas, guias ou livros paradidáticos que promovam a educação patrimonial?			
	Marcar apenas uma oval.			
	Sim			
	Não Não			
	não sei			
13.	O material didático utilizado na escola em que trabalha, dispõe /trabalha a história local dos seus alunos?			
	Marcar apenas uma oval.			
	Sim			
	Não Vão			

14.	você consegue trabalhar os elementos histórico-culturais locais emsala de aula?
	Marcar apenas uma oval.
	Sim
	Não
15.	Neste espaço fique a vontade para relatar ações, projetos, eventos realizados por você ou pela escola onde trabalha , que de algum modo, contribua para a valorização do patrimônio cultural. (opcional)
16.	Obrigada por participar desta pesquisa, sua contribuição é muito importante para o aperfeiçoamento do ensino no Brasil!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

#### **ANEXO II**



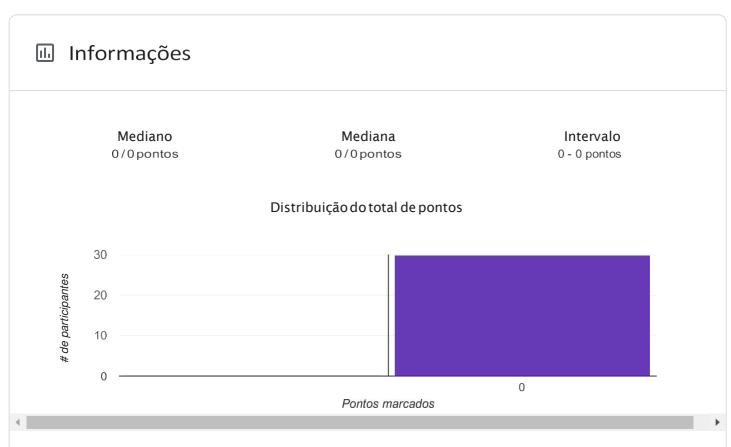


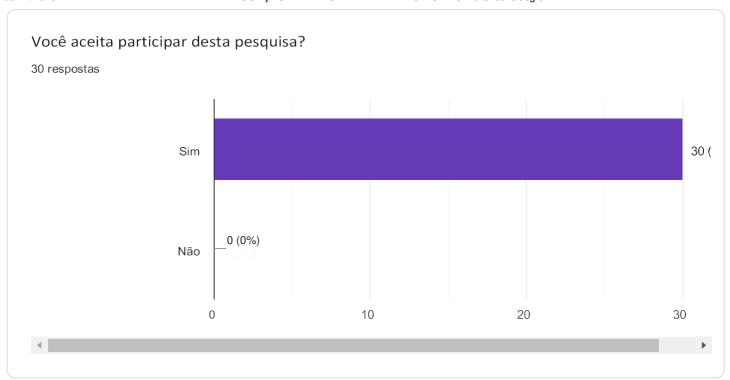


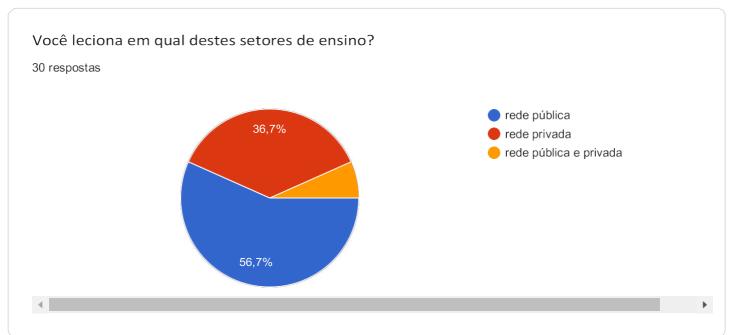


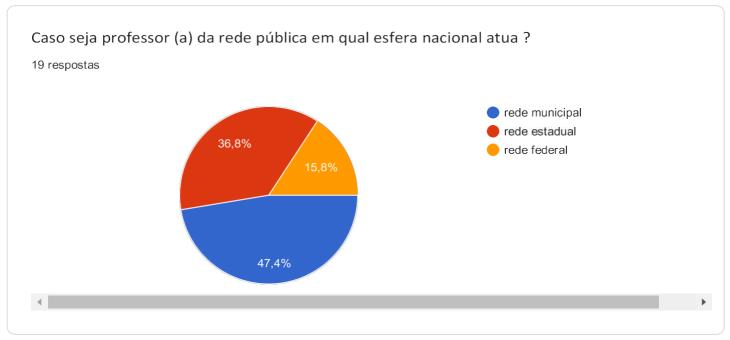
# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão

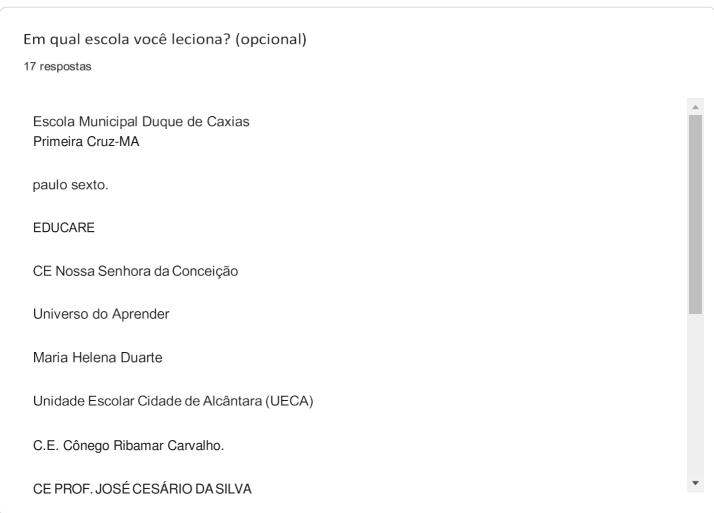




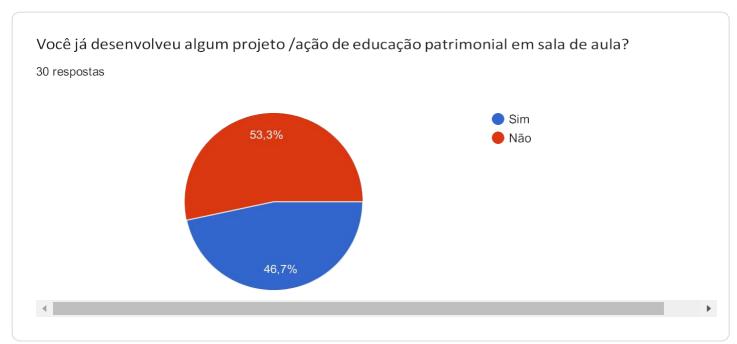




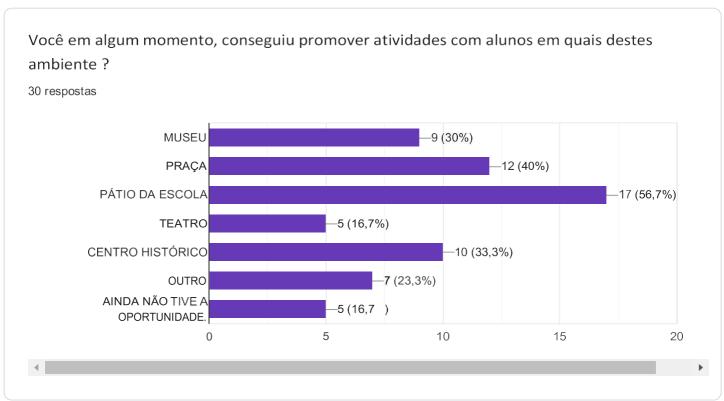


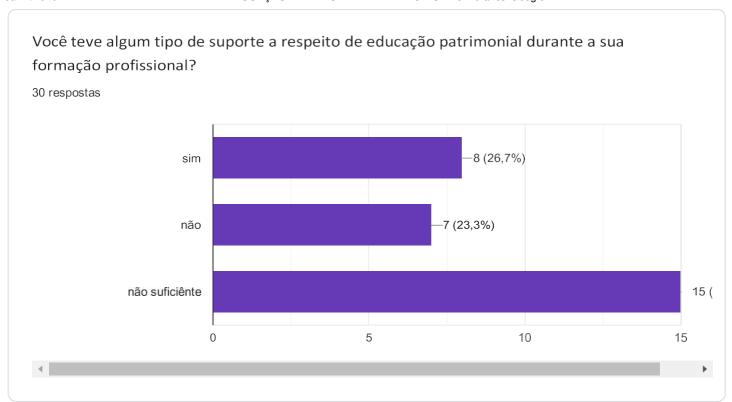


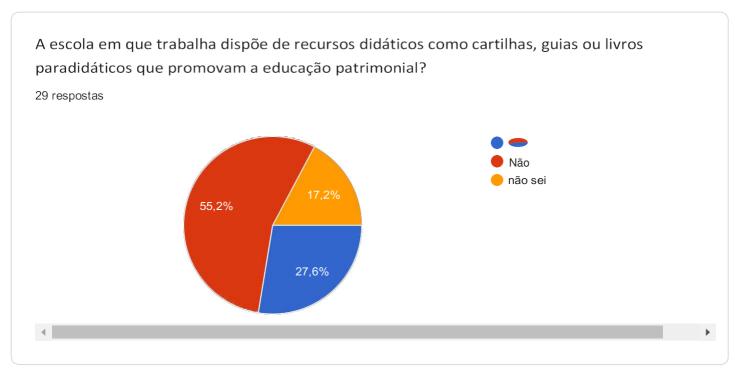




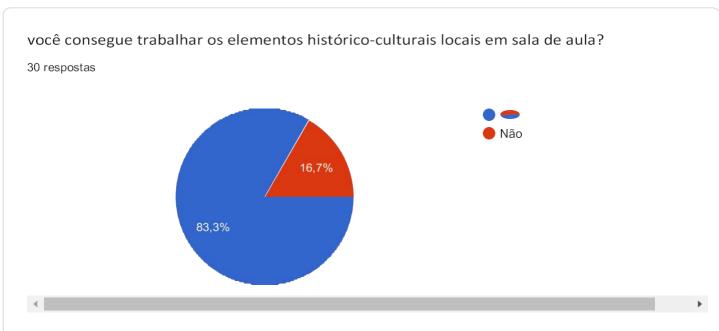












Neste espaço fique a vontade para relatar ações, projetos, eventos realizados por você ou pela escola onde trabalha, que de algum modo, contribua para a valorização do patrimônio cultural. (opcional)

9 respostas

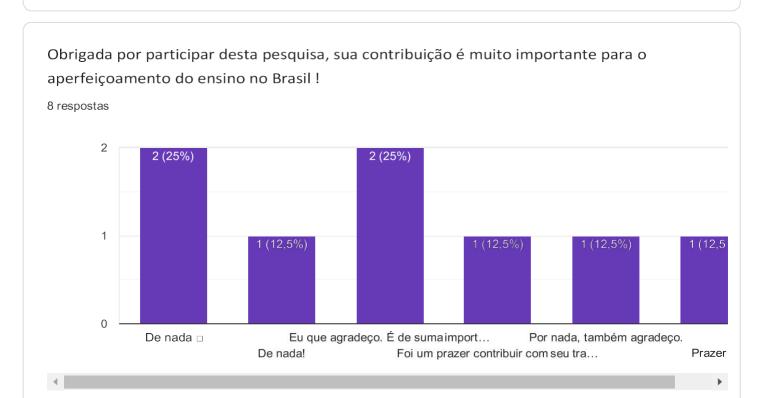
Escola Pública. Projeto de grafitagem sobre a segunda guerra mundial e exibição de desenhos e instrumentos no contexto da guerra fria. Particular. Projeto artístico Egito antigo e confecção de instrumentos dos períodos neolítico e paleolítico.

A atividade da semana da Consciência Negra em que toda a comunidade escolar visitou o quilombo de Itamatatiua. Com visitação a casa de cerâmica e ao poço do chora, ambos espaços de representação da identidade da comunidade.

O tempo que estou na escola não foi suficiente para desenvolver um projeto voltado para o patrimônio.

Como os livros didáticos adotados pela escola não dispoem de História do Maranhão, dou de forma extra. E, por São Luís se tratar de uma cidade que possui amplo centro histórico, promovo visitas a Museus, teatros e lugares da cidade que são marcos da história local.

A escola promove passeios a museus, ao centro histórico de São Luís (museu a céu aberto), shoppings, praias... Sempre com algum objetivo pedagógico, histórico ou ambiental. Não participei ou estive a frente ainda por ser novo na instituição e por conta da Pandemia do Corona Vírus que inviabilizou projetos desse tipo este ano





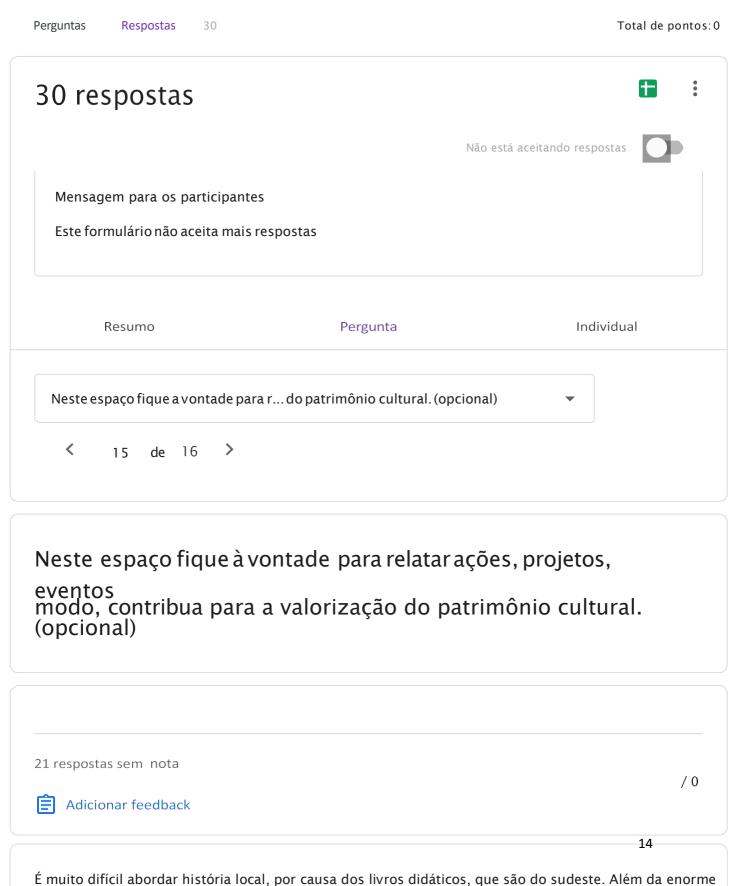








# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: evidências de um fazer metodológico no Brasil e no Maranhão



cobrança de seguir exatamente os conteúdos dos livros, e concluí-los no prazo de cada bimestre. E na

minha realidade de escola privada, não tenho liberdade de realizar projetos fora da escola, já fui barrada inúmeras vezes. Tudo muito distante do que a BNCC apresenta.

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

Orientei projeto de Extensão que levava os alunos do Ensino Fundamental e Médio para conhecer a arquitetura e a restauração de casarões coloniais que passaram a abrigar cursos da Uema, História e Arquitetura, também orientei uma aluno do projeto PIBID/UEMA que desenvolveu Educação Patrimonial, no Centro Histórico de SãoLuís...

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

A escola promove passeios a museus, ao centro histórico de São Luís (museu a céu aberto), shoppings, praias... Sempre comalgum objetivo pedagógico, histórico ou ambiental. Não participei ou estive a frente ainda por ser novo na instituição e por conta da Pandemia do Corona Vírus que inviabilizou projetos desse tipo este ano.

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

Como os livros didáticos adotados pela escola não dispoem de História do Maranhão, dou de forma extra. E, por São Luís se tratar de uma cidade que possui amplo centro histórico, promovo visitas a Museus, teatros e lugares da cidade que são marcos da história local.

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

Escola Pública. Projeto de grafitagem sobre a segunda guerra mundial e exibição de desenhos e instrumentos no contexto da guerra fria. Particular. Projeto artístico Egito antigo e confecção de instrumentos dos períodos neolítico e paleolítico. 15

1 resposta sem nota



Na escola em que trabalhava nós já fizemos projetos de valorização da história do nosso município, foi algo bem interessante para nós e para os alunos. Geralmente nas minhas aulas do 6 ano eu trabalho as questões de patrimônio Histórico.

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

Uma atividade interessante desenvolvida pela escola é a visitação a comunidade quilombola de Itamatatiua durante a semana de consciência negra. No qual todos os profissionais e alunos da escola participam e contribuem com os conhecimentos da história local, da cultura de produção de cerâmica e como esta atividade está relacionada ao identidade local. Além da visitação a casa de cerâmica fizemos a visita ao poço do chora, que era a principal fonte de abastecimento do quilombola e do qual está inserido em um misticismo e

1 resposta sem nota

O tempo que estou na escola não foi suficiente para desenvolver um projeto voltado para o patrimônio.



Adicionar feedback

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback

Projetos que valorizam as datas festivas culturais, como dia do índio e da consciência negra

1 resposta sem nota

/ 0



Adicionar feedback



<

## **ANEXO IV**

# TABELA DEMOSNTRATIVA DO MATERIAL CATÁLOGADO

PASTA	TÍTULO	NOME DO PROJETO		
Casa dos objetos mágicos: Salvador -Bahia		Casa dos objetos mágicos		
	Carnaval de Maragojipe	*		
	Chapada Diamantina Lençóis – BA	Grãos de luz/Bagagem		
	Festa de Santa Bárbara	Conversando sobre patrimônio		
ВАНІА	Nosso Patrimônio: Cultural e arquitetônico	Educação Ambiental e Comunicação Social do estaleiro Enseada do Paraguaçu		
	Meu Patrimônio Minha História	*		
	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	*		
	Salvador: cidade para viver e conhecer	*		
	Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix	Conversando sobre Patrimônio		
BRASÍLIA	Manual de atividades práticas de educação patrimonial	*		
	Patrimônio cultural imaterial: para saber mais	*		
	Patrimônio imaterial no Brasil	*		
	Carta de Nova Olinda	*		
CEARÁ	Ribeira dos Icós – Icó – CE	Núcleo de Música Sobrado Canela Preta		
	Educação Patrimonial: Memória e identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra que te quero	Educação Patrimonial: Memória e identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra que te quero		
GOIÁS	Festival de Poesia de Goyaz: Cidade de Goiás – GO	Patrimônio cultural e Educação		
	Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Artigos e Resultados	Festival de Poesia de Goyaz: Cidade de Goiás – GO		
	Casas do Patrimônio	*		
	Catálogo de Resultados do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial	*		
	Educação Patrimonial no Programa mais Educação	Mais Educação		
	Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos	Projeto Interação – Linhas de Ação		
	Educação Patrimonial: inventários participativos : manual de aplicação	Mais Educação		
IPHAN	Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento	*		
	Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara : terra indígena alto rio Guamá	*		
	Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil	Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE)		
	Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil v.2	Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE)		

		T =		
	Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil, v 3	Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE)		
Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil, v 4		Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE)		
	Educação Patrimonial. Rememorar para preservar, um direito do cidadão	*		
GROSSO	Educação Patrimonial: Uma Experiência em Sala de Aula	*		
MATO	Educação patrimonial: educação para proteger na rota do trem do pantanal	*		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Vol. I	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Vol.2	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro I	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro II	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro III	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro IV	Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara		
	Cartilha de Educação Patrimonial  Cartilha Educação Turística e Patrimonial	*		
_	Comunidade dos Arturos	*		
	Guia de bens tombados	*		
MINAS	Mestres artífices de Minas Gerais	Mestres e Artífices		
GERAIS =	Preservação do Patrimônio Cultural: nossas	*		
	casas e cidades, uma herança para o futuro			
	Por dentro da história: revista de educação patrimonial	Por dentro da história		
	Os sabores de Mariana /Mariana – MG	Sabores de Mariana		
	Salvaguarda do patrimônio -Ouro Preto-MG	Guardiões do Patrimônio		
	Educação patrimonial: reflexões e práticas	Casa do Patrimônio de João Pessoa		
	Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade	João Pessoa, Minha Cidade		
	Educação patrimonial: educação, memórias e identidades	João Pessoa, Minha Cidade		
	Educação patrimonial: orientações ao professor	João Pessoa, Minha Cidade		
	Jornal Casa do Patrimônio	Casa do Patrimônio de João Pessoa		
	Jornal casa do Patrimônio: Forró Patrimônio meu e seu	Casa do Patrimônio de João Pessoa		
	O festival de artes – Areia – PB	Festival de Artes de Areia		
1	Círio de Nazaré	*		
, –		*		
	Igreja de São João Batista			
	Igreja de São João Batista Igreja do Carmo Mercado de Ferro	*		

	Remando por Campos e Florestas: Memórias	Por Campos e Florestas		
	& Paisagens dos Marajós	Tor campos of forestas		
	Ver-o-Peso.1	*		
	Ver-o-Peso.2	*		
	As aventuras do gato caixeiro nos museus de Londrina	Educação Patrimonial		
	A Casa dos Gatos Feios	Educação Patrimonial		
	As aventuras do gato caixeiro em Londrina	Educação Patrimonial		
	As receitas do Gato Caixeiro	Educação Patrimonial		
	A construção de políticas patrimoniais em cidades novas	Educação Patrimonial /Londrina para o registro, reflexão e divulgação do patrimônio cultural desta cidade( IPAC).		
	Boletim Museu Histórico de Londrina	Educação Patrimonial		
	Boletim Museu Histórico de Londrina	Educação Patrimonial		
	Educação Patrimonial: Da teoria à Pratica	Educação Patrimonial		
PARANÁ	Educando para o patrimônio cultural: propostas de práticas para a educação Formal	Educação Patrimonial		
	Essa rua tem história : memórias e sociabilidades da SaulElkind	Essa rua tem história: Memórias e sociabilidades da SaulElkind		
	Guia de educação Patrimonial	Educação Patrimonial na cidade de Londrina-PR		
	Museu, memória e criatividade em cidades nova	*		
	Práticas de educação patrimonial em museus	Educação Patrimonial		
	Patrimônio e história	Educação Patrimonial		
	O gato caixeiro na rota do café	Educação Patrimonial		
	Reconhecendo o Patrimônio Cultural de Londrina	Educação Patrimonial		
	Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense	Educação Patrimonial /Londrina para o registro, reflexão e divulgação do patrimônio cultural desta cidade( IPAC).		
	Uma aventura pela gastronomia londrinense	Educação Patrimonial		
	Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro	*		
	Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro.Roteiros do patrimônio v.2	*		
RIO DE	Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro.Roteiros do patrimônio v.3	*		
JANEIRO	Contadores de estórias: Paraty - RJ	Escolas no Teatro Espaço		
	Conhecer Para Integrar: Educação Patrimonial	*		
	Educação Patrimonial Linha de transmissão Taubaté	*		
	Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos	*		
	Praça Tiradentes: Calendário Cultural	Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes.		
	A Herança Cultural Africana	*		

RIO	Memória e preservação - Antônio Prado - RS	Interação Comunidade-Escola	
GRANDE DO	Praça da Alfândega: Porto Alegre - RS	Interpretativo	
SUL		do Centro Histórico	
	Patrimônio vivo	Música, Patrimônio Vivo	
	Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul	*	
RONDÔNIA	Memórias de Rondônia: Povos e culturas do rio Madeira	*	
	Artes do mar – Laguna – SC	Memória: Patrimônio	
SANTA		Irrenunciável	
CATARINA	Cadernos da Serra	Identidades	
	Mestres artífices de Santa Catarina	Mestres e Artífices	
	Museu do mar: São Francisco do Sul - SC	*	
	A cidade em que vivo	*	
	Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio	*	
	Cultural: Coletânea de Textos para		
	Educação Patrimonial		
	Cartilha do Patrimônio Imaterial	*	
SÃO PAULO			
	Cartilha Patrimonial: Programa de Pesquisa e		
	Resgate do Patrimônio Arqueológico,	*	
	Histórico e Cultural do Terminal Portuário EMBRAPORT		
	Caderno de Educação Patrimonial: memórias	Memórias Urbanas-	
	Urbanas de Iguape- SP	Iguape/Vale do Ribeira	
	Dinâmica Pedagógica: Educação Patrimonia	Educação Patrimonial do ISI	
	Patrimônio histórico: como e por que	*	
	preservar		
	Preservando o Patrimônio Histórico	*	
	Programa Patrimônio e Referências Culturais nas Subprefeituras	*	
	Patrimônio Cultural: Entenda e preserve	*	
	Olhares Itinerantes: reflexões sobre o	*	
	artesanato e consumo da tradição		
1	,		

_				
	CARTILHAS		GUIAS	LIVROS
	CANTILITAS	l .	UUIAS	LIVIOS

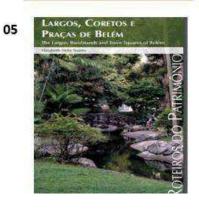
<sup>\*</sup> Não apresentam títulos de projeto. São derivados de programas de incentivo e financiamento do IPHAN, como monumenta e roteiros do patrimônio, de programas de diretrizes do Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural. Também de e iniciativa particular de pesquisadores/ professores que produziram materiais de E.P e compartilharam na web.

Carnaval de Maragojipe





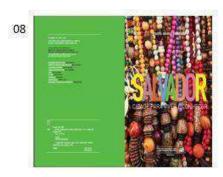
MEU PATRIMÔNIO MINHA HISTÓRIA

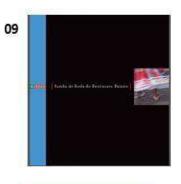




06

Nosso PATRIAGITO





Festa de Santa Bárbara

Outramen no insu. S



ALTERNAL MATERIAL MAT

13 Educação Patrimonial

Manual de Aplicação Pregrama Mais Educação MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PATRIMONIO IMATERIAL NO BRASIL.

Legislacio e Politicas Estaduais

Legisla

IGREJAS E CONVENTOS

ON BAILLO
Chanchin and Convent of Balta
their Inhibit Old Plany

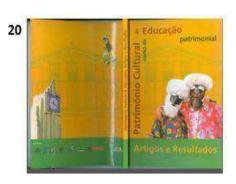
1

CARTA DE NOVA OLINDA

Documento final do 1 Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Património.

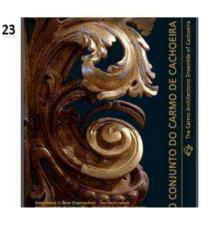


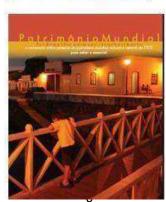
RIBEIRA DOS ICOS



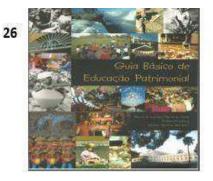
Educação
Patrimonial:
Memorias lateridade
da Chalacte per ovene











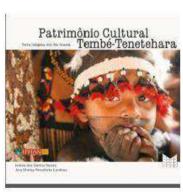


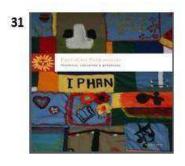
Educação Patrimonial

Linha de Transmissão Taubaté - Nova
Iguaçu (SP-RJ)

Administrator (SP-RJ)











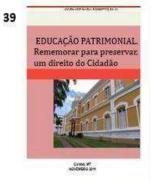
PATRIMÓNIO CONTADO ALCANTARA CULTURA E EDUCAÇÃO TOROS TOROS



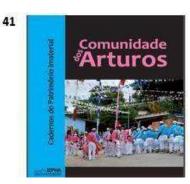






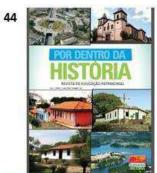


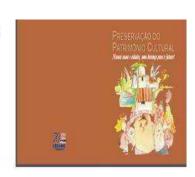


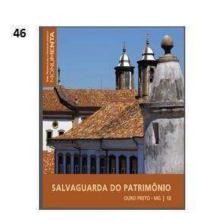
















ODELIN OPENIE LUDICE E Cletos de Nassare

Mercado de Ferro

tim

VER-O-PESO

51

54

52 WEADSIGNION

jiii.

Same Purchased Tra Preiries

REMANDO
POR CAMPOS
E FLORESTAS

Memorias & Paisagens
dos Marajos

VER-O-PESO

GEHA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL educação, memorismos a identificados Caemo Isentian 3

Educação Patrimonial

Só hó de velocios a Patrindoia Cultural quest dels possus o deslot confectimento o por ele nutir sendadeira e excluencido afecto.

56

dinâmica pedagógica:

Educação Patrimonial

Instituto de Saide Integrada

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL diálogas entre escola museu e cidade

JORNAL CASA DO PATRIMÔNIO

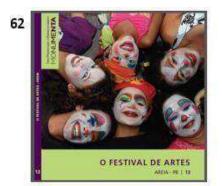
Resgate de umas incentiva instalação do Museu de Arqueologia de Pilos

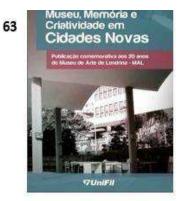
Incentiva instalação do Museu de Arqueologia de Pilos

Incentiva instalação do Museu de Arqueologia de Pilos



EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL
reflexées e prócios

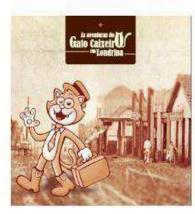




64 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Orientações ao Professor

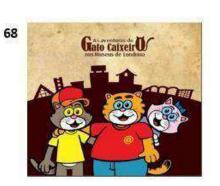
Caderno Temática

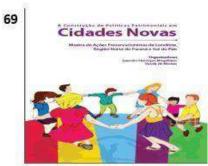




66

Gale Caixeir





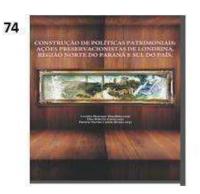
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

Ba Troira a Pratica de la Pratica d

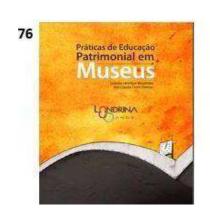


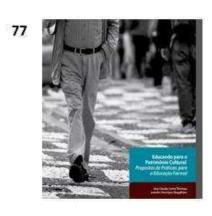




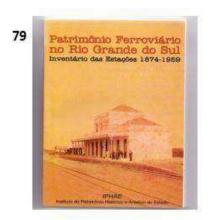




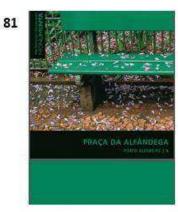




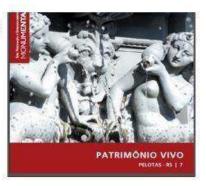


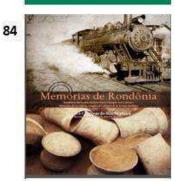




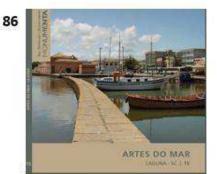








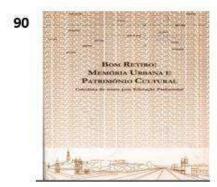






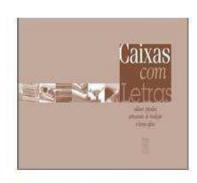
MUSEU DO MAR
NAO PRANCINCO GO SUL SC | 8





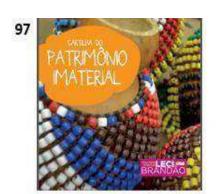
A cutade m que Voya

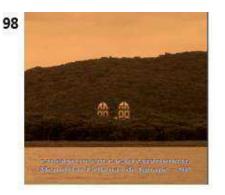






96 CASAROSS







EDOD

Topicales

Tended-barried to justice

Protect desired to justice

Transis desired (protect

PROCERTA PETENDO E SECRETACIOS CECTURAIS NOS SUSPECTATIVOSS

Petendo do Ticolo el Sco Pado - 9157
Sociala Flancia el Capia - 916
Decembro do Visico de Bacco - 591
Decido el Partirecco III.

BARROCO E ROCOCO NAS LORDAS DO RICO DO JANEIRO DE RICO DE

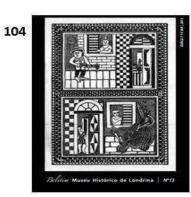
102

103

WAMMIRA

Gastonomia

LONDRINENSE



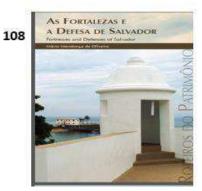
Tempo de Escola

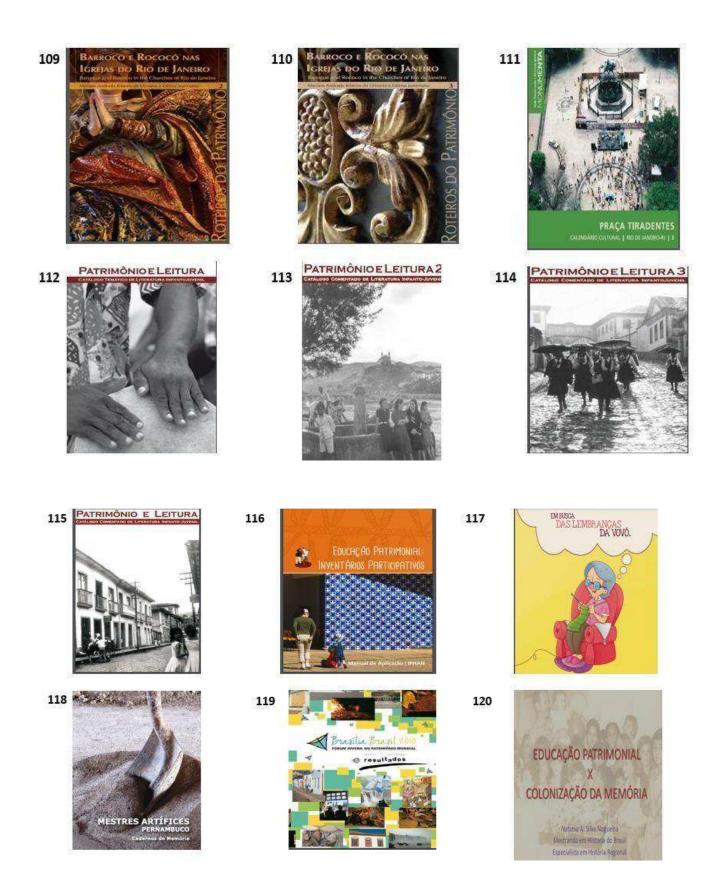
Conhecer para se integrar
Educação Patrimonial
Escola Municipal
Wila Costa Monicipo

2010

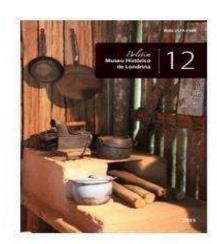
NIENORIA E PATRICADIO
HARDO CONTRACONO
H











122

# Referências e Endereço eletrônico

#### 1- Carnaval de Maragojipe

Carnaval de Maragojipe. / Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. – Salvador: FPC, 2010.

Disponível em:

http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/CadernoIPACmaragogipe.pdf

#### 2- Casa dos objetos mágicos: Salvador -Bahia

Casa dos objetos mágicos: Salvador -Bahia. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Casa\_dos\_Objetos\_magicos.pdf

# 3- Chapada Diamantina Lençóis - BA

Chapada Diamantina Lençóis - BA Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Chapada Diamantina.pdf

#### 4- Meu Patrimônio Minha História

Meu Patrimônio Minha História- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia- IPAC, Salvador-BA

5-Largos, coretos e praças de Belém – PA

Largos, coretos e praças de Belém – PA. organizadora, Elizabeth Nelo Soares. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009

Disponível em:

https://fauufpa.files.wordpress.com/2011/10/largos-coretos-e-prac3a7as-de-belc3a9m.pdf

#### 6- Mobiliário baiano.

Flexor, Maria Helena Ochi. Mobiliário baiano. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Mobiliario Baiano.pdf.pdf

#### 7-Nosso Patrimônio : Cultural e arquitetônico

Nosso Patrimônio : Cultural e arquitetônico . VOL.2 Coleção de Sustentabilidade. EEP, Bahia2013

Disponível em:

http://www.enseada.com/downloads/boletins/nosso\_patrimonio\_201310.pdf

#### 8-Salvador : cidade para viver e conhecer

Salvador : cidade para viver e conhecer / Saulo Dourado. - 2. ed. - Salvador, BA : AÊ Editora. 2013

#### 9- Samba de Roda do Recôncavo Baiano

Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Brasília, DF: Iphan, 2006.

Disponível em:

 $\underline{http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\_SambaRodaReconcavoBaiano\_m.p} \\ \underline{df}$ 

#### 10- Festa de Santa Bárbara

Festa de Santa Bárbara. / Governo do Estado, Secretaria de Cultura, IPAC. - Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

Disponível em:

http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/Santa-Barbara3.pdf

#### 11- Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix

Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix / organização Graça Lobo ; coordenação Antonio Roberto Pellegrino Filho .— Salvador : Fundação Pedro Calmon : IPAC, 2015

### 12-Patrimônio cultural imaterial: para saber mais

Patrimônio cultural imaterial: para saber mais / Natália Guerra Brayner.\_\_\_\_Brasília, DF: IPHAN, 2007

Disponível em:

 $\frac{https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b82089}{1e2a3c20a3a49bca9/138/13767633911715480676.pdf}$ 

# 13- Educação Patrimonial no Programa mais Educação- Manual de Aplicação 16

Educação Patrimonial no Programa mais Educação- Manual de Aplicação / IPHAN,2013

### Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\_m.pdf

#### 14- Manual de atividades práticas de educação patrimonial

Manual de atividades práticas de educação patrimonial / Evelina Grunberg.\_\_\_Brasília, DF: IPHAN, 2007

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_ManualAtividadesPraticas\_m.pdf

#### 15- Patrimônio imaterial no Brasil

Patrimônio imaterial no Brasil / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008

Disponível em:

http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf

#### 16- Igrejas e conventos da Bahia

Flexor, Maria Helena Ochi. Igrejas e conventos da Bahia / Maria Helena Ochi Flexor. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat9\_IgrejasConventosBahia\_Vol2\_m.pdf

17-Carta de Nova Olinda

Carta de Nova Olinda: I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio /IPHAN,2010 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de nova olinda.pdf

#### 18- Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial

Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_Cadernos\_do\_patrimonio\_educacao\_patrimonial\_volI(3).pdf

#### 19- Ribeira dos Icós – Icó – CE

Ribeira dos Icós – Icó – CE .Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Ribeira dos Icos.pdf

20- Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Artigos e Resultados

Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Artigos e Resultados / Euder Arrais Barreto, Joel Ribeiro Zaratim, Lídia dos Reis Freire, Márcia Bezerra, Maria Joana Cruvinel Caixeta, Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo (organizadores). Goiânia, 2008

Disponívelem:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat PatrimonioCulturalEEducPatrimonial m.pdf

**21-** Educação Patrimonial: Memória e identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra que tequero Educação Patrimonial: Memória e identidade da Cidade de Goiás - Patrimônio pra que te quero / Selma de Oliveira Bastos Pires, Goiânia, 2010.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat EducPatrimonialMemoriaEldentidade m.pdf

#### 22- Festival de Poesia de Goyaz: Cidade de Goiás – GO

Festival de Poesia de Goyaz: Cidade de Goiás - GO. – Brasília, DF: IPHAN /Programa Monumenta, 2007

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Festival de Poesias.pdf

**23-** O Conjunto do Carmo de Cachoeira / Maria Helena O. Flexor, Organizadora . – Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColGranObr\_OConjuntoCarmoCachoeira\_m.p df

#### 24-Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento

Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial. \_\_\_\_\_ Brasília, DF : Iphan, 2008.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha\_do\_patrimonio\_mundial.pdf 25- Educação Patrimonial no Programa Mais Educação

Educação Patrimonial no Programa Mais Educação / Iphan/Mec,2011

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\_fas1\_m.pdf

#### 26- Guia Básico de Educação Patrimonial

Guia Básico de Educação Patrimonial / Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro- Brasília : IPHAN, Museu Imperial , 1999.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca=&pagina=2

#### 27- Educação Patrimonial : Uma Experiência em Sala de Aula

Educação Patrimonial: Uma Experiência em Sala de Aula / Marcia Comes Freire/ Centro Municipal de Ensino Silvio Paternez- Tanguará da Serra -MT

Disponível em:

http://pt.slideshare.net/MarciaGomesFreire/projeto-educao-patrimonial-espno-pps?qid=a5c6d34c-e9d9-4bf9-a2c4-d4517dcbf853&v=&b=&from\_search=3

#### 28- Educação Patrimonial Linha de Transmissão Taubaté – Nova Iguaçu (SP-RJ)

Educação Patrimonial Linha de Transmissão Taubaté – Nova Iguaçu / André Luis de Lima Carvalho, Daiana Crús Chagas – Historiadora

Disponível em:

http://pt.slideshare.net/andrelimacarvalho56/educao-patrimonial-lt-taubat-nova-iguau-verso-de-abril-2014

#### 29-Casas do Patrimônio

Casas do Patrimônio / Organizado por Marco Antônio Pereira Galvão. Brasília, DF : Iphan, 2010

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColImg7\_CasasPatrimonio\_m.pdf

#### 30- Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara: terra indígena alto rio Guamá

Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara : terra indígena alto rio Guamá / Ivânia dos Santos Neves, Ana Shirley Penaforte Cardoso. – Belém : Iphan-PA, 2015

Disponível em:

 $\underline{https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2015/09/livro-patrimc3b4nio-cultural-tembc3a9-versc3a3o-final.pdf}$ 

31-Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos

Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos / Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote/ IPHAN 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao Patrimonial.pdf

#### 32- Arquitetura e memória coletiva

Arquitetura e memória coletiva: os sentidos da modernidade em Londrina: Praça 1º de maio e Jardim Shangri-lá / organizadores Ana Cleide Chiarotti Cesário, Leandro Henrique Magalhães. – Londrina: Unifil, 2015.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/20.pdf

#### 33-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Vol. I / Coordenação, Flávia Luz **P**essoa de Barros e Rodrigo Martins Ramassote [Ilustrações Juliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel

Seiti Moretti Urasaki] São Luís – MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat Patrimonio Contado LIVRO DO PROFESSOR v olume\_1.pdf

#### 34-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Vol. II / Coordenação, Flávia Luz Pessoa de Barros e Rodrigo Martins Ramassote [Ilustrações Juliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel Seiti Moretti Urasaki] São Luís – MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2012 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPar Patrimonio Contado LIVRO DO P ROFESSOR volume 2.pdf

#### 35-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro I

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro I / Coordenação, Flávia Luz Pessoa de Barros e Rodrigo Martins Ramassote [Ilustrações Juliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel Seiti Moretti Urasaki] São Luís - MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2009

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_Patrimonio\_Contado\_livro1.pdf

#### 36-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro II

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro II Coordenação: Flávia Luz Pessoa de Barros e Rodrigo Martins Ramassote Ilustrações: Juliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel Seiti Moretti urasaki São Luís - MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2009

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat Patrimonio Contado livro2.pdf

#### 37-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro 3

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro 3 / Coordenação, Flávia Luz Pessoa de Barros e Rodrigo Martins Ramassote [Ilustrações Júliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel Seiti Moretti Urasaki] São Luís - MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat Patrimonio Contado livro3.pdf

#### 38-Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro 4

Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação - Livro 4 / Coordenação Rodrigo Martins Ramassote [Ilustrações Juliana Emi Moretti Urasaki, Gabriel Seiti Moretti Urasaki] São Luís - MA: Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, 2014 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_Patrimonio\_Contado\_livro4.pdf

39- Educação Patrimonial. Rememorar para preservar, um direito do cidadão.

Educação Patrimonial. Rememorar para preservar, um direito do cidadão / Jocenaide Maria Rosseto - Cuiabá : Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso. Conselho de Estado de Cultura, 2011.

Disponível em:

http://pt.slideshare.net/gleibyane/cartilha-educao-patrimonial-jocenaide-rosetto

#### 40- Guia de bens tombados

Guia de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 2. ed. – Belo Horizonte:Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014

Disponível em:

https://issuu.com/iephamg/docs/gbt\_v1

#### 41- Comunidade dos Arturos

Comunidade dos Arturos / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 1. ed. – Belo Horizonte : Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

Disponível em:

https://issuu.com/luismolinari/docs/cadernos do patrim nio imaterial 1aa5e05aed5b9f

42- Mestres artífices de Minas Gerais

Mestres artífices de Minas Gerais / coordenação de Leonardo Barci Castriota. -

Brasília, DF: Iphan, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem\_MestresArtificeis\_MinasGerais\_m.pdf

#### 43-- Os sabores de Mariana

Os sabores de Mariana / Mariana – MG / Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Sabores da Mariana.pdf

#### 44-Por dentro da história

Por dentro da história: revista de educação patrimonial/nº1/ janeiro 2009/Contagem- MG

Disponível em:

http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/pordentrodahistoria01.pdf

#### 45- Preservação do Patrimônio Cultural

Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro/ Altamiro Sergio Mol Bessa- Belo Horizonte: CREA- MG, 2004

http://www.creamg.org.br/publicacoes/Cartilha/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural.pdf

# 46-Salvaguarda do patrimônio

Salvaguarda do patrimônio —Ouro Preto-MG. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta,2008.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Salvaguarda\_do\_Patrimonio.pdf

# 47Cartilha de Educação Patrimonial

Cartilha de Educação Patrimonial / autor: Carlos Henrique Campos /IEPHA

Disponível em:

www.limaduarte.mg.gov.br/cartilha\_patrimonio\_cultural.pps

# 48-Igreja do Carmo: restauração e conservação

Igreja do Carmo: restauração e conservação - 2013/2015 /organização, Giovanni Blanco Sarquis e Maria Dorotéa de Lima.— Belém, PA: Iphan-PA, 2015.

Disponível em:

https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2015/08/livro-igreja-do-carmo-ok.pdf

# 49- Círio de Nazaré

Círio de Nazaré. - Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\_Cirio\_m.pdf

#### 50-Mercado de Ferro

Mercado de Ferro: restauração e conservação 2010/2015 /organização, Carla Ferreira Cruz, Fernando José de Mesquita e Giovanni Blanco Sarquis. – Belém, PA: Iphan-PA, 2015.

Disponível em:

https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2015/03/livro-mercado-de-ferro.pdf

#### 51- Ver-o-Peso

Ver-o-Peso / Luciana Carvalho. - Belém: IPHAN, 2011.

Disponível em:

https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2013/12/catc3a1logo-1\_impressc3a3o.pdf

## 52 - Igreja de São João Batista

Igreja de São João Batista: restauração e conservação /Giovanni Blanco Sarquis, Maria Célia Jacob. – Belém: IPHAN/PA, 2013

Disponível em:

https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2015/03/livreto-sc3a3o-joc3a3o-batista.pd22

## 53- Remando por Campos e Florestas

Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós/ Denise Pahl Schaan, Agenor Sarraf Pacheco, Jane Felipe Beltrão,organizadores.- Rio Branco: GKNORONHA, 2011.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv RemandoCamposFlorestas m.pdf

#### 54- Ver-o-Peso /

Ver-o-Peso Luciana Carvalho. - Belém: IPHAN, 2011.

Disponível em:

https://casadopatrimoniopa.files.wordpress.com/2013/12/quia impressc3a3o.pdf

# 55- Educação patrimonial: educação, memórias e identidades

Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). — João Pessoa : Iphan, 2013. *Disponível em:* 

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno tematico de educacao patrimonial nr 03.pd f

# 56-Educação Patrimonial

Educação Patrimonial / Dália Silva/ Associação Cultural e Recreativa Pedras Soltas

Disponível em:

http://www.slideshare.net/daliasilva/projecto-educao-social-1431460?qid=74fdddc3-613c-4cf6-adda-bacc4d60e4ac&v=&b=&from search=5

57- Dinâmica Pedagógica

Dinâmica Pedagógica: Educação Patrimonial/ Programa de Educação Patrimonial do ISI (Instituto de Saúde Integrada) / Campinas -SP

Disponível em:

 $\underline{http://www.slideshare.net/mirzapellicciotta/educao-patrimonial-do-isi?qid=abe72681-822e-492d-bed3-cb66bc78f0e8\&v=\&b=\&from\_search=6$ 

### 58- Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade

Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Organização, Átila Bezerra Tolentino . — João Pessoa: Iphan, 2014

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno tematico de educacao patrimonial nr 04.pd f

# 59- Jornal Casa do Patrimônio

Jornal Casa do Patrimônio / edição 3 / anoo 2013/ Casa do Patrimônio de João Pesso 3<sup>3</sup>

http://casadopatrimoniojp.com/wp-content/uploads/2012/03/Jornal-Casa-do-Patrimonio-03-FINAL.pdf

### 60- Jornal casa do Patrimônio: Forró Patrimônio meu e seu

Jornal casa do Patrimônio: Forró Patrimônio meu e seu /edição 04/ ano 2014/Jornal casa do Patrimônio

Disponível em:

http://casadopatrimoniojp.com/wp-content/uploads/2012/03/Jornal-Casa-do-Patrimu00F4nio-04-FINAL.pdf

61- Educação patrimonial: reflexões e práticas

Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) — João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\_EducPatrimonialReflexoesEPraticas\_ct1\_m.pdf

#### 62-O festival de artes

O festival de artes – Areia - PB.Brasília

O festival de artes – Areia - PB. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Festival de Artes.pdf

# 63- Museu, memória e criatividade em cidades novas

Museu, memória e criatividade em cidades novas: publicação comemorativa aos 20 anos do Museu de Arte de Londrina - MAL/Lenadro Henrique Magalhães. – Londrina: UniFil, 2013

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/13.pdf

# 64-Educação patrimonial: orientações ao professor

Educação patrimonial: orientações ao professor. 2 imp. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor ct1 m.pdf

# 65-O gato caixeiro na rota do café

O gato caixeiro na rota do café / Ana Cláudia Trevisan, Leandro Henrique Magalhães; ilustrador Gustavo Sandoval Dantas. — Londrina: EdUniFil, 2012 Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/07.pdf

# 66-As aventuras do gato caixeiro em Londrina

As aventuras do gato caixeiro em Londrina / Ana Cláudia Cerini Trevisan, Leandro Henrique Magalhães; ilustrador Gustavo Sandoval Dantas. - Londrina: EdUniFil, 2011.

24

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/05.pdf

#### 67-As receitas do Gato Caixeiro

As receitas do Gato Caixeiro / Leandro Henrique Magalhães, Gustavo Sandoval Dantas. – Londrina: Unifil, 2014.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/17.pdf

# 68-As aventuras do gato caixeiro nos museus de Londrina

As aventuras do gato caixeiro nos museus de Londrina / Leandro Henrique Magalhães, Ana Cláudia Trevisan; ilustrador Gustavo Sandoval. — Londrina: UniFil, 2014. Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/14.pdf

# 69-A construção de políticas patrimoniais em cidades novas

A construção de políticas patrimoniais em cidades novas / organizador Leandro Henrique Magalhães, Vanda de Moraes. - Londrina:EdUniFil, 2011 Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/06.pdf

# 70- Educação Patrimonial: Da teoria à Pratica

Educação Patrimonial: Da teoria à Pratica / Leandro Henrique Magalhães, Elisa Zanon, Patrícia Martins Castelo Branco- Londrina. Ed. UniFil, 2209

### Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/02.pdf

# 71- Guia de educação Patrimonial

Guia de educação Patrimonial / Tatiana Santas Manchette, Vidal de Azevedo Costa / Editora Fartum; 2013.

### 72-Patrimônio e história

Patrimônio e história / organizadores Elisabete Leal, Odair da Cruz Paiva . – Londrina: Unifil, 2014.

Disponível em:

http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/livros/patrimonio-e-historia.pdf

# 73-Reconhecendo o Patrimônio Cultural de Londrina

Reconhecendo o Patrimônio Cultural de Londrina /Denise Lezo- Londrin; 2007

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/01.pdf

#### 25

A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país /organizadores Elisa Roberta Zanon, Patrícia Martins CasteloBranco, Leandro Henrique Magalhães. - Londrina: EdUniFil,2009.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/03.pdf

## 75-"Essa rua tem história"

"Essa rua tem história": memórias e sociabilidades da Saul Elkind / Bruno Sanches Mariante da Silva, Daniela Reis de Moraes, Talita Sauer Medeiros (orgs.).Londrina : Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina, 2013.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/15.pdf

# 76-Práticas de educação patrimonial em museus

Práticas de educação patrimonial em museus / Leandro Henrique Magalhães, Ana Cláudia Cerini Trevisan. – Londrina: UniFil, 2014.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/18.pdf

# 77- Educando para o patrimônio cultural

Educando para o patrimônio cultural: propostas de práticas para a educação formal / Ana Cláudia Cerini Trevisan, Leandro Henrique Magalhães. — Londrina : EdUniFil, 2012.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/09.pdf

# 78-Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense

Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense / organizador Leandro Henrique Magalhães. – Londrina: EdUniFil, 2012.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/08.pdf

### 79-Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul

Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959/IPHAE,2002

Disponível em:

http://defender.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/Patrimonio Ferroviario no RGS Pte11.pdf

## 80-A Herança Cultural Africana

A Herança Cultural Africana / ed. Dia Do Patrimônio/ Pelotas, 2014

Disponível em:

http://www.pelotas.com.br/download/Caderno-Dia-do-Patrimonio.pdf

#### 26

# 81-Praça da Alfândega: Porto Alegre - RS

Praça da Alfândega: Porto Alegre - RS.Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta,

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Praca da Alfandega.pdf

# 82-Memória e preservação - Antônio Prado - RS

Memória e preservação - Antônio Prado - RS. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria e Preservacao.pdf

### 83-Patrimônio vivo

Patrimônio vivo/.Brailia, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2007

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Pratrimonio Vivo Pelotas.pdf

#### 84-Memórias de Rondônia

Memórias de Rondônia: Povos e culturas do rio Madeira/ Marcelo Moutinho e Erika M. Robrahn-González./ed. Arte e ensaio, 2010.

Disponível em:

http://arqueoparque.com/@api/deki/files/30826/=Memorias\_de\_Rondonia.pdf

### 85- Cartilha Educação Turística e Patrimonial

Cartilha Educação Turística e Patrimonial / Lima Duarte-MG 2010

Disponível em:

http://www.slideshare.net/limagov/cartilha-patrimonio?qid=b1be8664-3045-43fb-8007-f0e2c683b22b&v=&b=&from\_search=34

#### 86-Artes do mar

Artes do mar – Laguna - SC. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artes do Mar.pdf

### 87-Mestres artífices de Santa Catarina

Mestres artífices de Santa Catarina / coordenação de Margareth de Castro Afechen Pimenta. – Brasília, DF: Iphan, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem\_MestresArtificeis\_SantaCatarina\_m.pdf

27

#### 88-Museu do mar

Museu do mar: São Francisco do Sul - SC. – Brasília, DF: IPHAN / MONUMENTA, 2008 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Museu do mar.pdf

### 89-Cadernos da Serra

Cadernos da Serra / Fundação Catarinense de Cultura. – Florianópolis: Patrimônio Cultural de Santa Catarina: Fundação Catarinense de Cultura, 2009 Disponível em:

http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//arquivosSGC/DOWN 184019Cadernos da serra.pdf

#### 90- Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural

Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural: Coletânia de Textos para Educação Patrimonial/ organização Simone Scifoni. – são Paulo, SR/IPHAN,2007

Disponível em:

http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Bom%20Retiro.PDF

# 91- A cidade em que vivo

A cidade em que vivo - Programa de Educação Patrimonial / Coordenação : Mirza Pellicciotta/ Prefeitura de Campinas .

Disponível em:

http://www.slideshare.net/mirzapellicciotta/aula-de-educao-patrimonial-isi-campinas-8696342?qid=b1be8664-3045-43fb-8007-f0e2c683b22b&v=&b=&from search=23

#### 92- Cartilha Patrimonial

Cartilha Patrimonial: Programa de Pesquisa e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Terminal Portuário EMBRAPORT

Disponível em:

http://www.arqueologiabrasilis.com.br/arqueologia/wpcontent/uploads/sites/2/2013/03/Cartilha Santos download.pdf

### 93- Caixas Com Letras

Caixas Com Letras: cultura popular, artesanato de tradição, livros afins / ed. ArteSol, São Paulo, 2006.

# 94- Preservando o Patrimônio Histórico

Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais/ atores: Vanessa Fernandes Correa e Mauro Sergio Calliari/ Organização Nadia Somekh

Disponível em:

http://www.causp.gov.br/wpcontent/uploads/2015/11/ManualPatrimonio\_completo\_baixa.pdf

### 95-Patrimônio histórico

Patrimônio histórico: como e por que preservar/coordenação de: Nilson Ghirardello e2Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. Bauru, SP: Canal 6,2008

http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio historico.pdf

### 96- A Casa dos Gatos Feios

A Casa dos Gatos Feios / Leandro Henrique Magalhães, Maria José Prado Magalhães, Londrina. Ed. UniFil 2013.

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/10.pdf

### 97- Cartilha do Patrimônio Imaterial

Cartilha do Patrimônio Imaterial/ Alessandra Regina Gama, São Paulo.

Disponível em:

https://pt.scribd.com/document/230858681/cartilha-patrimonio-imaterial-pdf

# 98- Caderno de Educação Patrimonial

Caderno de Educação Patrimonial: memórias Urbanas de Iguape- SP/ org. Simone Scifoni-Iguape, 2011

Disponível em:

https://casadopatrimoniovp.files.wordpress.com/2014/09/caderno-de-iguape.pdf

# 99- Olhares Itinerantes: reflexões sobre o artesanato e consumo da tradição

Olhares Itinerantes: reflexões sobre o artesanato e consumo da tradição /artesol, São Paulo-2005

# 100- Patrimônio Cultural: Entenda e preserve

Patrimônio Cultural: Entenda e preserve / Prefeitura Municipal de Campinas, 2007

Disponível em:

http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cartilha.pdf

### 101- Programa Patrimônio e Referências Culturais nas Subprefeituras

Programa Patrimônio e Referências Culturais nas Subprefeituras / prefeitura de São Paulo-São Paulo/2008

Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/BomRetiro web 1392059128.pdf

### 102- Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro

Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro. Brasília, DF: Iphan/Programa Monur Monur 2008.

http://portal.iphan.gov.br/files/PDFs/Barroco e Rococo Rio vol 1 web.pdf

## 103- Uma aventura pela gastronomia londrinense

Uma aventura pela gastronomia londrinense / Leandro Henrique Magalhães; ilustração Waldomiro Neto . — Londrina: Unifil, 2016

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/23.pdf

### 104- Boletim Museu Histórico de Londrina

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina. Museu Históricode Londrina. – Londrina-Pr: Universidade Estadual de Londrina, v. 1, n. 1, jul./dez. 2009

Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/22.pdf

## 105- Conhecer Para Integrar

Conhecer Para Integrar: Educação Patrimonial / Escola Municipal Costa Monteiro, 2010. Disponível em:

http://www.slideshare.net/VILACOSTA/conhecer-para-se-integrar-blog-2?qid=b1be8664-3045-43fb-8007-f0e2c683b22b&v=&b=&from search=26

### 106- Memória e Patrimônio

Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos/ Regina Abreu, Mario Chagas (orgs)/ Rio de Janeiro, Lamparina, 2009

Disponível em:

http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\_ensaios-contemporaneos.pdf

## 107- Contadores de estórias: Paraty - RJ.

Contadores de estórias: Paraty - RJ. –Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. *Disponível em:* 

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Contadores de estorias.pdf

# 108- As Fortalezas e a Defesa de Salvador

As Fortalezas e a Defesa de Salvador / Mário Mendonça de Oliveira. —Brasília, DF : Iphan/Programa Monumenta, 2008

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat3\_AsFortalezasDefesasSalvador\_m.pdf

# 109-Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro

Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro.Roteiros do patrimônio v.2, Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat2 BarrocoRococolgrejasRiodeJaneiro Vol2 m .pdf

# 110- Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro

Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro. Roteiros do patrimônio v.3 Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat2\_BarrocoRococolgrejasRiodeJaneiro\_Vol3\_m\_.pdf

# 111-Praça Tiradentes

Praça Tiradentes: Calendário Cultural- Rio de Janeiro, RJ- Brasília , DF: IPHAN/ programa monumenta, 2007

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Praca Tiradentes.pdf

## 112- Patrimônio e leitura

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Praca\_Tiradentes.pdf: catálogo temático de litera- tura infantojuvenil/ org. Maria Beatriz Rezende. \_ Rio de Janeiro; IPHAN/Copedoc; Niterói: PROALE/UFF, 2014

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei4 CatalogoComentado m(2).pdf

# 113-Patrimônio e leitura

Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil 2/ [coord. Maria Beatriz Rezende]. – Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc,2009 v.4 *Disponível em:* 

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei2\_CatalogoComentado\_m(2).pdf

### 114- Patrimônio e leitura

Patrimônio e leitura: catálogo comentado de litera- tura infantojuvenil/ coord. Maria Beatriz Re – zende. \_ Rio de Janeiro; Iphan/Copedoc, 2012v.3

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei3\_CatalogoComentado\_m(2).pdf

Patrimônio e leitura: catálogo comentado de litera- tura infanto-juvenil/ coord. Maria Beatriz Re – zende . \_ Rio de Janeiro; Iphan/Copedoc, 2007.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei1 CatalogoComentado m(2).pdf

# 116- Educação Patrimonial inventários participativos :

Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio\_15x21web.pdf

# 117- Em busca das lembranças da vovó

Em busca das lembranças da vovó / Leandro Henrique Magalhães.— Londrina: Unifil, 2015 Disponível em:

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/21.pdf

**118- Mestres artífices de Pernambuco** / coordenação de Andrea Zerbetto, Rodrigo Torres. — Brasília, DF : Iphan, 2012

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem MestresArtificeis Pernambuco m.pdf

119- Catálogo de Resultados do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial

Catálogo de Resultados do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial / Autor: IphanEdição: 2010 Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat CatalogoDeResultadosForumJuvenilPatrimonio Mundial m.pdf

### 120- Educação Patrimonial x Colonização da Memória

Educação Patrimonial x Colonização da Memória / Natania A. Silva Nogueira

Disponível em:

http://www.slideshare.net/gibiteca/a-colonizao-da-memria?qid=4cad1c37-8abc-487e-b75a-4e7f272119a9&v=&b=&from\_search=16

# 121- Educação patrimonial: educação para proteger na rota do trem do pantanal

Educação patrimonial: educação para proteger na rota do trem do pantanal / Rubens Moraes da Costa Marques/ arquitetura e história da ferrovia/2009

Disponível em:

http://www.slideshare.net/ddantasd/t-r-e-m-d-o-p-a-n-t-a-n-a-l?qid=9829e550-d571-4066-92cf-dfc4b633e53f&v=&b=&from\_search=10

### 122- Boletim Museu Histórico de Londrina

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. – Londrina-Pr: Universidade Estadual de Londrina, v. 1, n. 1, jul./dez. 2009 *Disponível em:* 

http://www.educacaopatrimonial.com.br/pdf/publicacoes/19.pdf